



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

RAQUEL SILVA DE ALMEIDA

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS:
Tipologias e estratégias informacionais de enfrentamento

Brasília - DF

2025

RAQUEL SILVA DE ALMEIDA

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS:
Tipologias e estratégias informacionais de enfrentamento**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília – Faculdade de
Ciência da Informação como requisito final
para obtenção do título de Bacharel em
Biblioteconomia

Professor Orientador: Profa. Dra. Michelli
Pereira da Costa

Brasília – DF

2025

Ficha Catalográfica (Biblioteca)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: Tipologias e estratégias informacionais de enfrentamento

Autor(a): RAQUEL SILVA DE ALMEIDA

Monografia apresentada em **16 de julho de 2025** na Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a): Dra. Michelli Pereira da Costa (FCI/UnB)

Membro Interno: Dr. Fernando Cesar Lima Leite (FCI/UnB)

Membro Externo: Dra. Luciane de Fátima Beckman Cavalcante (IBICT)

 Documento assinado digitalmente
LUCIANE DE FATIMA BECKMAN CAVALCANTE
Data: 07/08/2025 12:07:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado eletronicamente por **Michelli Pereira da Costa, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 31/07/2025, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando César Lima Leite, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 01/08/2025, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12954886** e o código CRC **8EAE4E5B**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe Ewá por me proteger e guardar em meus caminhos ao longo de todos esses anos. Agradeço a Deus por abrir portas e oportunidades nunca antes por mim imaginadas, mas pelas quais sou muito grata.

Agradeço aos familiares e amigos pela compreensão nos momentos de isolamento gastos na elaboração de trabalhos e provas. Vocês fazem parte dessa conquista pois estiveram ao meu lado em cada passo dessa caminhada.

Agradeço duplamente em especial à minha orientadora Profa. Dra. Michelli Pereira da Costa que me agraciou com dicas valiosas e tornou este trabalho possível. Por me permitir fazer parte do Projeto de Extensão Comunica Mulher que me abriu os olhos para a realidade dura da condição feminina na sociedade e me inspirou a lutar contra a violência de gênero de cada dia.

Triste, louca ou má

Será qualificada

Ela quem recusar

Seguir receita tal

A receita cultural

Do marido, da família

Cuida, cuida da rotina

Só mesmo, rejeita

Bem conhecida receita

Quem não sem dores

Aceita que tudo deve mudar

Que um homem não te define

Sua casa não te define

Sua carne não te define

Você é seu próprio lar

Um homem não te define

Sua casa não te define

Sua carne não te define (você é seu próprio lar)

Ela desatinou, desatou nós

Vai viver só

Ela desatinou, desatou nós

Vai viver só

Eu não me vejo na palavra

Fêmea, alvo de caça

Conformada vítima

Prefiro queimar o mapa

Traçar de novo a estrada

Ver cores nas cinzas

E a vida reinventar

E um homem não me define

Minha casa não me define

Minha carne não me define

Eu sou meu próprio lar

E o homem não me define

Minha casa não me define

Minha carne não me define

Eu sou meu próprio lar

Ela desatinou, desatou nós

Vai viver só

Ela desatinou, desatou nós

Vai viver só

(Triste, louca ou má – Francisco El Hombre)

RESUMO

Este estudo investiga a violência de gênero nas universidades federais brasileiras e analisa as ações das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para prevenir e enfrentar o problema. A metodologia de natureza mista incluiu levantamentos documentais, análise das manifestações recebidas pelas manifestações da IFES entre 2016 e 2024 e avaliação das medidas institucionais, especialmente ações informacionais. Os resultados apontam prevalência do assédio sexual, violência psicológica, de gênero, racismo e desqualificação intelectual. Entre 2016 e 2024 as IFES registraram cerca de 7.000 manifestações relacionadas a violência, sendo 3.687 sobre assédio moral, 1.309 sobre conduta antiética, 949 de assédio sexual e 392 sobre racismo e discriminação. Foram identificadas 32 políticas preventivas e de enfrentamento implementadas às quais apresentam fragilidades no diagnóstico, falta de planejamento estratégico e financeiro das ações preventivas e pouca clareza nas sanções disciplinares aplicáveis aos casos de violência de gênero. Quanto às ações informacionais, estas foram categorizadas em seis dimensões: Diagnóstico, Prevenção, Acolhimento Institucional, Apuração e Responsabilização, Monitoramento e Avaliação. Diante dos resultados, propõe-se que haja aprimoramento das políticas existentes no que se refere à produção de estudos diagnósticos, disseminação de informação preventiva e de enfrentamento à violência para a comunidade acadêmica, capacitação dos profissionais das instâncias de correção e acolhimento, criação de um calendário temático para nortear as ações preventivas e que estas estejam alinhadas ao planejamento estratégico institucional das universidades federais, com fonte de recursos bem definida. Recomenda-se a criação de um observatório integrado com vistas a centralizar e disponibilizar a longo prazo acesso à produção científica e das ações institucionais relacionadas à temática produzidas pelas IFES, criação de um comitê interinstitucional para monitorar o fenômeno e de parcerias entre as universidades, organizações e a sociedade com vistas à criação de um plano articulado permanente e multidisciplinar de prevenção e enfrentamento da violência de gênero no contexto acadêmico.

Palavras-Chave: Comunidade acadêmica. Políticas institucionais. Violência de Gênero.

Universidades federais brasileiras

ABSTRACT

This study investigates gender-based violence in Brazilian federal universities and analyzes the actions undertaken by Federal Institutions of Higher Education (IFES) to prevent and address the issue. The mixed-methods approach included documentary surveys, analysis of reports received by the IFES between 2016 and 2024, and an evaluation of institutional measures, especially informational actions. The results indicate a prevalence of sexual harassment, psychological violence, gender-based violence, racism, and intellectual disqualification. Between 2016 and 2024, the IFES recorded approximately 7,000 reports related to violence, including 3,687 concerning moral harassment, 1,309 regarding unethical conduct, 949 on sexual harassment, and 392 on racism and discrimination. A total of 32 preventive and responsive policies were identified, which presented weaknesses in diagnosis, lack of strategic and financial planning of preventive actions, and insufficient clarity regarding applicable disciplinary sanctions in cases of gender-based violence. Informational actions were categorized into six dimensions: Diagnosis, Prevention, Institutional Support, Investigation and Accountability, Monitoring, and Evaluation. Based on the findings, it is proposed that existing policies be improved in terms of producing diagnostic studies, disseminating preventive and responsive information to the academic community, training professionals involved in correctional and support structures, and creating a thematic calendar to guide preventive actions aligned with the strategic institutional planning of federal universities, with clearly defined funding sources. It is recommended to establish an integrated observatory to centralize and ensure long-term access to scientific production and institutional actions on this topic developed by the IFES, the creation of an interinstitutional committee to monitor the phenomenon, and partnerships between universities, organizations, and society to develop a permanent and multidisciplinary articulated plan for the prevention and confrontation of gender-based violence in the academic context.

Keywords: Academic community. Institutional policies. Gender-based violence. Brazilian federal universities.

RESUMEN

Este estudio investiga la violencia de género en las universidades federales brasileñas y analiza las acciones llevadas a cabo por las Instituciones Federales de Educación Superior (IFES) para prevenir y enfrentar el problema. La metodología de enfoque mixto incluyó levantamientos documentales, análisis de las manifestaciones recibidas por las IFES entre 2016 y 2024, y evaluación de las medidas institucionales, en especial las acciones informativas. Los resultados apuntan a una prevalencia de acoso sexual, violencia psicológica, violencia de género, racismo y descalificación intelectual. Entre 2016 y 2024, las IFES registraron aproximadamente 7.000 manifestaciones relacionadas con la violencia, siendo 3.687 sobre acoso moral, 1.309 sobre conducta antiética, 949 sobre acoso sexual y 392 sobre racismo y discriminación. Se identificaron 32 políticas preventivas y de enfrentamiento, las cuales presentan fragilidades en el diagnóstico, falta de planificación estratégica y financiera de las acciones preventivas, y poca claridad sobre las sanciones disciplinarias aplicables en casos de violencia de género. Las acciones informativas fueron categorizadas en seis dimensiones: Diagnóstico, Prevención, Acogida Institucional, Investigación y Responsabilización, Monitoreo y Evaluación. A partir de los resultados, se propone el perfeccionamiento de las políticas existentes en lo que se refiere a la producción de estudios diagnósticos, la diseminación de información preventiva y de enfrentamiento dirigida a la comunidad académica, la capacitación de profesionales de los órganos de corrección y acogida, la creación de un calendario temático para orientar las acciones preventivas, y que estas estén alineadas con la planificación estratégica institucional de las universidades federales, con una fuente de financiamiento bien definida. Se recomienda la creación de un observatorio integrado que centralice y garantice el acceso a largo plazo a la producción científica y a las acciones institucionales relacionadas con la temática producidas por las IFES, la creación de un comité interinstitucional para monitorear el fenómeno y establecer alianzas entre universidades, organizaciones y la sociedad con el fin de desarrollar un plan articulado, permanente y multidisciplinar para la prevención y enfrentamiento de la violencia de género en el contexto académico.

Palabras clave: Comunidad académica. Políticas institucionales. Violencia de género. Universidades federales brasileñas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 3.1 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	39
Figura 4.1. Metodologia.....	48
Figura 5.1. Tipologia da violência nas universidades federais brasileiras.....	51
Gráfico 5.2.1. Manifestações relacionadas à violência de gênero entre 2016 a 2024.....	54
Gráfico 5.3.1 Estratégias de Prevenção e Enfrentamento da Violência de Gênero IFES.....	58
Figura 5.4.1 Estratégias informacionais políticas de prevenção e enfrentamento.....	59
Figura 5.4.1 Dimensões das ações informacionais nas políticas de prevenção e enfrentamento IFES.....	63
Quadro 5.2. Categorias das ações informacionais	65
Figura 5.4.3. Categorização ações informacionais IFES.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1. Levantamento bibliográfico tipologia das violências no ambiente universitário.....	34
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ODS Objetivo do Desenvolvimento Sustentável

IFLA Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias

CI Ciência da Informação

IFES Instituições Federais de Ensino Superior

ONU Organização das Nações Unidas

LGBTQIAPN+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários E Outros

CRMEB Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra

FAAC Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista

UNESP Universidade Estadual Paulista

BDM Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília

BDTD Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

SciELO Scientific Electronic Library Online

CGU Controladoria-Geral da União

UFSCar Universidade Federal de São Carlos

HC-UFG Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais

LMP Lei Maria da Penha

UFVJM Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri

UNIR Universidade Federal de Rondônia

SUS Sistema Único de Saúde

ONG Organização Não Governamental

UFBA Universidade Federal da Bahia UnB Universidade de Brasília

UnB Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2. OBJETIVOS.....	15
2.1. Objetivo Geral.....	15
2.2 Objetivos Específicos	15
3. REVISÃO DE LITERATURA	16
3.1. Os papéis sociais da mulher na sociedade brasileira e a violência de gênero de cada dia .	16
3.2. Mulheres na Ciência x Mito da Neutralidade Científica.....	19
3.3. Violência contra a mulher nas universidades federais brasileiras: precisamos falar sobre isso.....	25
3.4. Mediação da informação e articulação institucional: contribuições da universidade federal para a transformação social.....	32
4. METODOLOGIA	45
4.1 Etapa 1. Identificação das tipologias de violência presentes no ambiente acadêmico	45
4.2 Etapa 2. Análise e categorização das estratégias institucionais de enfrentamento	47
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
5.1. Tipologias de violência de gênero no ambiente acadêmico	50
5.1. Manifestações relacionadas à violência recebidas pelas IFES.....	54
5.2. Violência de gênero nas universidades federais brasileiras: estratégias de enfrentamento	58
5.4. Violência de gênero nas universidades federais brasileiras: estratégias informacionais	63
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
7. REFERÊNCIAS	74
APÊNDICE A - LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO TIPOLOGIAS DE VIOLÊNCIA.....	85
APÊNDICE B - LEVANTAMENTO AÇÕES INFORMACIONAIS IFES	100

1 INTRODUÇÃO

A violência de gênero nas universidades federais brasileiras é um fenômeno complexo que afeta estudantes e profissionais da comunidade acadêmica. Almeida (2017) destaca que essa violência pode ser perpetrada tanto por indivíduos internos quanto externos à universidade, atingindo mulheres em diferentes papéis, como alunas, professoras e colaboradoras.

Apesar de variações socioeconômicas entre os contextos, Lima e Ceia (2022) observam que as características dessa violência em universidades ao redor do mundo são semelhantes, com padrões comuns em relação ao perfil dos agressores, formas de violência e as consequências sofridas pelas vítimas. Apontam ainda a desconsideração do fato de que essas violências baseadas no sexo e na orientação sexual atinge principalmente mulheres.

Essa violência não só compromete o desempenho acadêmico das vítimas, mas também impacta profundamente sua saúde mental. Bellini (2018) e Mello (2022) ressaltam que as mulheres afetadas por essa violência têm maior propensão a desenvolver ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático, isolamento social e baixa autoestima.

Além disso, Lima e Ceia (2022) sugerem que as universidades adotem uma postura proativa, implementando normas de conduta e incentivando a criação de coletivos de mulheres, grupos de pesquisa e políticas de apoio às vítimas, de modo a servir de exemplo para a sociedade.

A complexidade que envolve a questão da violência de gênero no Brasil, observando o caráter histórico e a formação da nação brasileira demanda uma atuação conjunta entre universidade, organizações e a sociedade e passa necessariamente por um processo de desconstrução e desnaturalização da violência.

A Ciência da Informação pode contribuir para esse processo de letramento social por meio da reflexão crítica sobre as estruturas que perpetuam as desigualdades de gênero e sua relação com o ciclo da violência que se materializa e impacta na forma como os indivíduos se relacionam e interagem com a informação. Compreender o impacto da dimensão abstrata desse fenômeno abre portas para que os profissionais da informação contribuam de forma interventiva na realidade da violência de gênero na sociedade e no contexto acadêmico.

Diante desse cenário, o presente estudo busca responder a seguinte questão: como as estratégias e ações informacionais estão caracterizadas nas políticas institucionais de enfrentamento dos diferentes tipos de violência enfrentados pelas mulheres nas universidades federais brasileiras?

1.1 Justificativa

A violência de gênero a (VG) é um grave problema social que embora apresente recortes de classe e raça, ocorre em diversas esferas sociais. O interesse em pesquisar sobre este fenômeno social e informacional surgiu como um desdobramento da minha participação no projeto de extensão Comunica Mulher (CM) cujo mote de atuação é a produção e disseminação de informação utilitária, adaptada ao ambiente digital, para a prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher.

O CM é vinculado à Faculdade de Ciência da Informação e apresenta grande relevância na promoção da desnaturalização da violência que atinge mulheres de diferentes realidades socioeconômicas. Diante da complexidade e relevância do problema, urge a atuação engajada, estratégica e política dos profissionais da informação com vistas à promoção da igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas que constitui o 5º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) instituído pelas Nações Unidas.

Deve-se ressaltar a atuação política da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA). Em 2018 a IFLA reconhece a centralidade das instituições bibliotecárias, principalmente as públicas, na promoção de ações orientadas para a igualdade de gênero ao criar o Programa “As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU”.

De acordo com mapeamento realizado por Bernardino, Sampaio e Santos (2022) das ações realizadas por unidades de informação, principalmente bibliotecas públicas, alinhadas ao 5º ODS, as unidades informacionais apresentam papel relevante nessa seara.

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação, por meio da mediação informacional e de técnicas específicas de coleta, processamento e gestão da produção científica, letramento/capacitação profissional e social podem contribuir para a resolução de problemas sociais complexos, a exemplo da violência de gênero. Essa contribuição é especialmente estratégica considerando a natureza informacional que a VG assume além do fato de que assim como na CI, outras áreas do conhecimento apresentam fragilidade na sistematização de dados e na capacitação/formação dos profissionais.

Nessa perspectiva, alguns estudos relevantes permitem vislumbrar as contribuições da CI no que se refere à estruturação e qualificação dos dados coletados, acessibilidade informacional como suporte ao processo decisório na criação de ações institucionais, disseminação de informações utilitárias para a comunidade acadêmica e sociedade e na capacitação social e profissional anti violência como estratégia preventiva.

A título de ilustração, estudo realizado por Côrtes, Araújo e Silva (2014) coloca em evidência a dificuldade em se obter dados qualificados e sistematizados a respeito da violência de gênero e do fluxo de atendimentos realizados nos centros de atendimento à mulher. Essa realidade dificulta o planejamento estratégico e o aprimoramento desses serviços. Quanto ao ambiente acadêmico, torna-se crucial aplicar as técnicas da biblioteconomia no diagnóstico, planejamento institucional, produção e disseminação de informação utilitária relacionada à violência de gênero.

Diante dessa perspectiva, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de enriquecer o debate a respeito do desenvolvimento de práticas efetivas no combate à violência de gênero, um dos marcadores sociais da diferença, campo de pesquisa pouco investigado pela CI. Partindo dessa premissa, o presente estudo pode gerar subsídios teóricos e práticos para otimizar as políticas institucionais a partir de um diagnóstico preciso da realidade no âmbito universitário, além de ampliar a produção científica relacionada à violência de gênero.

Ao investigar as denúncias, contextos e ações informacionais, o estudo pretende sinalizar elementos necessários para o desenvolvimento de estruturas informacionais e ações concretas que mitiguem o problema, fortalecendo o enfrentamento da violência nas universidades federais brasileiras, cenário estratégico de produção do conhecimento e transformação social.

Diante desse cenário, o presente estudo pretende responder a seguinte questão: Como as estratégias de ações informacionais são caracterizadas nas políticas institucionais das universidades brasileiras?

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar e categorizar as estratégias de ações informacionais implementadas e/ou propostas pelas universidades federais brasileiras que podem contribuir para o enfrentamento dos diferentes tipos de violência enfrentados pelas mulheres no ambiente acadêmico.

2.2 Objetivos Específicos

Com vistas ao atendimento do objetivo geral da pesquisa, pretende-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os diferentes tipos de violência enfrentados pelas mulheres nas universidades federais brasileiras.
- b) Identificar e analisar as políticas institucionais das universidades federais brasileiras para o enfrentamento da violência contra as mulheres no espaço acadêmico a partir de uma adaptação do modelo de ciclo de políticas públicas proposto por Sechi (2016) quanto à presença de ações nas dimensões Diagnóstico, Prevenção, Articulação Institucional, Apuração e Responsabilização, Acolhimento Institucional, Monitoramento e Avaliação.
- c) Identificar e categorizar as estratégias informacionais adotadas pelas universidades brasileiras para o enfrentamento da violência de gênero no espaço acadêmico a partir do modelo adaptado do ciclo de políticas públicas supracitado.

3. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão da literatura do presente estudo aborda a violência contra as mulheres no ambiente acadêmico, destacando suas raízes históricas e culturais. Por outro lado, reflete sobre o papel do(a) profissional bibliotecário(a) e das universidades federais como agentes de transformação social por meio da produção, mediação e gestão da informação e implementação de ações institucionais concretas e colaborativas de enfrentamento da violência de gênero.

Esta abordagem demonstra relevância considerando o alto índice da violência de gênero nas instituições federais de ensino superior, o qual pode ser ainda maior se considerarmos os casos subnotificados. A este cenário, ressalta-se ainda a necessidade de garantir a proteção dos direitos humanos e a integridade dos usuários de serviços públicos no interior das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o que inclui a permanência segura no ambiente acadêmico.

3.1. Os papéis sociais da mulher na sociedade brasileira e a violência de gênero de cada dia

O menosprezo social em relação às mulheres possui raízes históricas e culturais. No caso do Brasil, deve-se levar em consideração a origem violenta da sociedade cujo reflexo se estende até a contemporaneidade nas estruturas sociais.

O encontro das culturas indígena, africana e europeia propiciado a partir do “descobrimento”, isto é, o fenômeno da miscigenação que deu origem à sociedade brasileira foi celebrado por intelectuais como Freyre (1993) que defendia em sua obra ideais como o mito da democracia racial e o caráter positivo da mistura cultural do povo brasileiro.

Entretanto, o que o escritor deliberadamente ignorou em sua reflexão é o fato de que a miscigenação resulta de um ciclo violento de manipulação, exploração, violações de direitos humanos e sexuais, do extermínio de povos indígenas e posteriormente da escravização de pessoas negras.

Kristiensen e Caetano, (2024) apontam que ambos os povos (indígena e negro) eram considerados seres inferiores pelo homem branco europeu e que tal concepção legitimava a violência a eles infligida com o desenrolar do povoamento da colônia. A herança colonial produz materialidade até a contemporaneidade, se revelando no racismo estrutural e objetificação dos corpos negros e indígenas.

O processo de colonização foi especialmente cruel para as mulheres que compõem a sociedade brasileira: a mulher branca, a mulher indígena e a mulher negra. A título de ilustração, a mulher indígena sempre teve seu papel histórico subestimado. O apoio das mulheres nativas na intermediação entre bandeirantes e outros nativos durante as expedições terrestres foi essencial para o êxito do projeto colonizador de Portugal, segundo Kristiensen e Caetano (2024).

Atualmente, a mulher indígena representa a luta pelo território constantemente ameaçado pelo avanço urbano sobre áreas protegidas, bem como pela proteção ambiental. Por outro lado, constitui um grupo vulnerabilizado e alvo de violência religiosa, sexual e do tráfico de pessoas, conforme reflete Wenczenovic (2017).

Sobre as mulheres negras incidem múltiplas violências: a de gênero, o racismo e o sexismo. Gonzalez (1984) aponta que as escravas negras eram constantemente importunadas sexualmente pelos senhores, seus filhos e parentes a quem eram obrigadas a satisfazer desejos que não eram plenamente realizados com as “sinhas”. A autora explica que a mulata cujo corpo escultural é exaltado no carnaval é a mesma que ao longo do ano é refém do trabalho doméstico mal remunerado nas casas da classe média.

Quanto à mulher branca, principalmente aquelas pertencentes às famílias abastadas, cabia simplesmente obedecer às ordens do pai e posteriormente do marido. Wenczenovic (2017) explica que sua interação social no século XVIII restringia-se ao âmbito doméstico. Filhas e posteriormente esposas e mães viviam sob a supervisão familiar, não cabendo-lhes o direito à educação fora do domicílio ou ao trabalho remunerado.

Embora o autor reflita que este cenário começou a mudar a partir do fenômeno da “feminização do magistério”, no qual ocorreu a inserção das mulheres como docentes e posteriormente como discentes, e que este fenômeno representou um marco no avanço da luta feminina por direitos, essa feminização era baseada na lógica patriarcal que relacionava mulheres às atividades do cuidado, tendo o ensino exercido por mulheres como uma extensão das atividades de esposa e mãe.

Por outro lado, Wenczenovic (2017) reflete que essa conquista inicial representou uma revolução social. Maluf (1998), por sua vez, pontua que a introdução feminina no campo educacional a partir do início do século XIX, seja como docente ou como discente, causou perplexidade entre os conservadores e debates quanto à presença delas em espaços antes ocupados apenas pelos homens.

A marginalização feminina apontada por Silva (2024) persiste na atualidade tanto no âmbito público quanto no âmbito privado. Hirata (2006) explica que com a divisão sexual do trabalho, as mulheres são subjugadas no mercado formal ao mesmo tempo em que são responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico não remunerado. Este cenário concorre para um quadro de dupla ou tripla jornada e exaustão física e mental feminina que requer estudos aprofundados.

De acordo com pesquisa realizado pela FGV IBRE (2023) o "trabalho invisível" poderia compor 13% do PIB brasileiro se fosse pago. Dados da Agência de Notícias IBGE revelam que em 2019 146,7 milhões de pessoas com 14 anos ou mais realizaram afazeres domésticos. Desse percentual 92,1% foi realizado por mulheres. Segundo Silva (2024), elas ocupam apenas 38% dos cargos de liderança e quanto à disparidade salarial, mulheres negras ganham em média 53% menos do que um homem branco.

Percebe-se que os papéis sociais apresentam centralidade na trajetória profissional e acadêmica das mulheres. Estes são construções sociais que norteiam o que se espera da figura

feminina, quais espaços devem ou não acessar, quais profissões devem ou não exercer fora do espaço doméstico, restringindo suas potencialidades.

3.2. Mulheres na Ciência x Mito da Neutralidade Científica

No campo acadêmico, a exclusão das mulheres remonta à Grécia Antiga. Na obra o Mito da Caverna, Platão atribui às mulheres da “cidade ideal” o papel de meras reprodutoras embora por outro lado, admita a possibilidade de que elas assumam o cargo de governante. Essa dualidade contrasta com o que se observou ao longo dos próximos séculos nos quais as mulheres foram sistematicamente impedidas de ter acesso à educação formal.

Nesta perspectiva, Donna Haraway (1995) questiona a neutralidade científica, pontuando que enquanto processo humano, a produção do conhecimento científico não é isenta de preconceito. Essa “não” neutralidade se manifesta materialmente na figura do homem como referência do discurso acadêmico, a título de ilustração. Essa materialidade da ação da masculinidade sobre a produção do conhecimento também se manifesta na negligência histórica na condução (ou não condução) de estudos sobre saúde da mulher.

Percebe-se que o processo de construção do conhecimento científico é influenciado pelos valores sociais do pesquisador e enviesado pelo machismo estrutural que permeia a sociedade e dita quem pode ou não produzir o saber científico, marginalizando, excluindo e invisibilizando a contribuição das mulheres para a Ciência.

Um exemplo contundente da influência da visão de mundo do cientista sobre a produção do conhecimento e sua repercussão material é a reflexão a respeito da obra de Gilberto Freyre sobre a formação do povo brasileiro. Conceitos inicialmente celebrados como o mito da democracia racial (que até hoje prejudica o exercício pleno de direitos pelo povo negro) e o aspecto positivo do processo de miscigenação atualmente são criticados.

Com o passar do tempo intelectuais problematizaram a tese de Freyre pelo fato de que ela não considera o caráter violento do processo de colonização, sobretudo para mulheres indígenas e negras, nem o peso da herança escravagista no surgimento do racismo estrutural no Brasil. O mito da democracia racial é um grande empecilho na manutenção dos direitos das

pessoas negras uma vez que mascara a realidade discriminatória e racista da sociedade brasileira, dificultando a reflexão sobre o tema.

De fato, a exclusão e invisibilização das mulheres como agentes produtoras de conhecimento se aproximam do conceito de epistemicídio, conforme discutiu Sueli Carneiro (2005). Este conceito se refere ao apagamento intencional, negação da legitimidade de conhecimentos de determinados grupos sociais e dialoga com as atribuições dos papéis de gênero uma vez que determina o que homens e mulheres podem ou não fazer.

No caso das mulheres, o epistemicídio científico lhes privou do direito à construção e acesso ao conhecimento. Não sendo levadas em consideração nem mesmo como grupo de interesse em estudos científicos conforme aponta Schiebinger (2019). Esse não reconhecimento das mulheres como grupo de interesse de pesquisa estava fortemente atrelado à capacidade reprodutiva feminina que poderia “enviesar” os resultados dos estudos.

O afastamento intencional do campo científico sofrido pelas mulheres pode ser observado na constituição dos cânones do pensamento sociológico. Hamlin, Weiss e Brito (2022) refletem que apesar de existirem no campo sociológico intelectuais mulheres, apenas três homens brancos e europeus foram canonizados como pais fundadores da sociologia: Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim. Esse *modus operandi*, segundo as autoras, revela a ação da masculinidade sobre o pensamento sociológico e refuta o mito da neutralidade científica.

Percebe-se que o interesse masculino em promover a exclusão das mulheres do âmbito científico não é uma novidade. Convém ressaltar que o acesso destas à educação era fortemente influenciado pelo poder aquisitivo das famílias. Rabelo (2019) aponta que no Brasil, a educação para mulheres abastadas em colégios particulares só foi autorizada a partir do século XVIII.

Até meados do século XIX o foco da educação feminina consistia na preparação das jovens para o matrimônio e a maternidade. Disciplinas exatas tinham menos peso no currículo do que aquelas que garantiriam o treinamento adequado para os futuros papéis sociais a serem exercidos pelas estudantes: o de esposas e mães.

De acordo com (Costa, e Feldens, 2022; Rabelo, 2022), a feminização do magistério como uma extensão do cuidado maternal corrobora com a lógica de que as mulheres deveriam se tornar “boas esposas/mães, educadoras e formadoras dos futuros cidadãos”. Por outro lado,

os autores pontuam que a “feminização do magistério” abriu portas para o trabalho feminino para além do âmbito doméstico.

Segundo Lonza (2019), no século XIX a escritora Nísia Floresta, por meio de artigos de jornal publicados no periódico *Espelhos das Brasileiras*, incentivou a inserção das mulheres na educação e manifestava sua preocupação com a inferioridade do ensino fornecido a elas em relação à educação masculina. Este foi um marco da luta pelo direito à educação feminina.

A literatura aponta que o acesso das mulheres ao conhecimento foi sistematicamente cerceado ao longo do tempo e sua promoção ou oposição dialoga com questões de cunho econômico e cultural. Se a princípio foi considerado “perigoso” para o status quo, as demandas impostas pelas mudanças econômicas tornaram possível não apenas que as mulheres se tornassem professoras como influenciou sua entrada no mercado de trabalho e consequentemente, no espaço público.

Entretanto, o acesso à educação e posteriormente à universidade não garantiu um caminho fácil tanto no que diz respeito ao reconhecimento científico quanto no que se refere à integridade física e psicológica das estudantes.

Em termos de reconhecimento, a partir da relação da entrega do prêmio Nobel da Paz, percebe-se a sub-representação das mulheres em prêmios científicos, com apenas 5,94% do Nobel concedidos até 2021. Segundo a Agência Brasil (2021), do total de 947 pessoas e organizações premiadas, entre 1901 e 2021, apenas 58 são mulheres.

A respeito da integridade psicológica e física, conclui-se que a jornada acadêmica feminina é permeada de desafios que explicitam as estruturas sociais nas quais prosperam traços machistas e que contribuem para que assim como no âmbito privado, no qual a maior parte da violência de gênero ocorre, o ambiente acadêmico não esteja isento de perigo no que diz respeito às múltiplas violências cometidas contra discentes, docentes e colaboradoras das universidades.

Silva (2019) disserta que a trajetória acadêmica e profissional das docentes negras é marcada por desafios. No cotidiano, essas mulheres estão suscetíveis às opressões de gênero, classe, geração, entre outras. A implementação da Lei 12.711/2012, atualizada em 2025, também conhecida como Lei de Cotas, que prevê a reserva de um percentual de vagas para

pessoas com deficiência, negros, indígenas, negras, pardas e quilombolas representa um marco na inserção desses grupos minoritários no ensino técnico e superior.

Entretanto, é importante salientar que o choque cultural propiciado pela interação social entre esses grupos pode suscitar reações de ódio e discriminação que contribuem para a insegurança dos discentes e podem concorrer para a evasão. Ressalta-se ainda o risco de retrocesso desse marco jurídico com decisões judiciais aplicadas em casos isolados.

A título de ilustração, em abril do corrente ano uma professora negra da Universidade Federal da Bahia, aprovada em concurso pelas cotas, teve sua nomeação cancelada por decisão judicial após ação movida por uma candidata da ampla concorrência. Percebe-se, portanto, a necessidade de constante mobilização política e conscientização da comunidade acadêmica e da sociedade a respeito do racismo estrutural e outras formas de discriminação.

Azevedo, Clemente e Clemente (2020) por sua vez colocam em evidência a vulnerabilidade de colaboradoras e docentes mulheres expostas ao assédio moral e o impacto dessa exposição sobre a saúde mental dessas mulheres. Embora esse impacto não seja abordado com profundidade no presente estudo, convém ressaltar que os trabalhos analisados reforçam a ideia de que o ambiente acadêmico, assim como os demais espaços sociais, não é um lugar seguro para as mulheres.

Os autores enfatizam a urgência em prevenir e enfrentar a violência de gênero no contexto acadêmico de forma mais assertiva, não apenas no discurso institucional, mas por meio de ações concretas capazes de efetivamente intervir no problema de modo a mitigar os efeitos dessa violência na trajetória das mulheres na academia e consequentemente na produção do conhecimento científico.

O feminicídio das estudantes Louise R. nas dependências da Universidade de Brasília, cometido pelo ex-companheiro da universitária em 2016, e da estudante Janaína S. B. em 2023, durante uma festa dentro da Universidade Federal do Piauí, demonstraram que o ambiente acadêmico tanto no cotidiano quanto em eventos dentro das universidades não é seguro para as universitárias.

A violência contra as mulheres no meio acadêmico se materializa de diversas formas. Pesquisa do Instituto Avon (2015) revela a gravidade do problema e o impacto negativo na

jornada acadêmica feminina: 67% relataram algum tipo de violência no campus, 57% sofreram assédio, e 28%, violência sexual.

O estudo explicita a relação entre a violência e o desempenho acadêmico das mulheres uma vez que 36% das estudantes revelaram ter desistido de atividades educacionais por insegurança. Além disso, a percepção distorcida dos homens sobre a violência é alarmante considerando que 35% deles não reconhecem violência em atos degradantes, no abuso sexual cometido contra mulheres alcoolizadas (estupro de vulnerável e na divulgação de fotos e vídeos íntimos sem autorização).

Os dados reforçam que a violência de cada dia vivenciada pelas mulheres em outros espaços, especialmente no doméstico, também ocorre na universidade e afeta significativamente o desempenho acadêmico. Essa insegurança além de representar grave violação dos direitos humanos femininos, coloca em risco a contribuição dessas mulheres para o avanço do conhecimento científico, motivos pelos quais investigar o fenômeno da violência de gênero, conforme a proposta dessa pesquisa, assume maior relevância.

A série histórica de dados do Anuário entre 2016 a 2024 publicada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública demonstra crescimento da violência contra a mulher (VCM), a despeito da criação de instrumentos jurídicos de enfrentamento, o que corrobora a necessidade constante de aliar o viés normativo às estratégias de prevenção e enfrentamento. Percebe-se que em 2016 a violência investigada restringia-se ao estupro que contabilizou 45.460 registros ocorridos em 2015.

A pesquisa de 2017 por outro lado, destaca a discrepância entre o número de homicídios de mulheres (1 a cada 2 horas) e os casos registrados como feminicídios (apenas 621) refletindo a dificuldade de implementação da Lei do Feminicídio (2015) e da aplicação da perspectiva de gênero no registro de homicídios.

Os dados da investigação de 2017 apontam aumento de 10% no número de estupros em relação ao ano de 2016, saltando para 61.037. Destaca-se ainda que ocorreram 1.133 feminicídios e 4.539 homicídios de mulheres em 2017. Outro dado relevante refere-se aos registros de agressão intencional contra mulheres enquadrados na Lei Maria da Penha, com cerca de 221 mil casos registrados.

Os dados apresentados na 13ª edição do Anuário publicado em 2019 pela primeira vez consideram o recorte racial, etário e nível instrucional das vítimas ao reportar que o ápice da mortalidade feminina se deu aos 30 anos, que cerca de 61% das vítimas eram mulheres negras e que 70,7% apresentavam no máximo até o nível fundamental.

Além disso, o relatório aponta que houve recorde de casos de estupros com 66.041 registros em 2018, cerca de 263.067 casos de lesão corporal dolosa contra mulheres, o que equivale a 1 agressão a cada 2 minutos daquele ano e que houve aumento de 11% dos registros de feminicídio.

As pesquisas de 2020 e 2021 mostram redução do número de estupros (66.348 para 60.460), o que pode ser atribuído ao isolamento social durante a pandemia que impactou os registros oficiais sobre o tema. O perfil das vítimas teve ampliado o intervalo etário que em 74% dos casos era composto por mulheres entre 18 e 44 anos das quais 61% eram negras. Os agressores eram em 81% dos casos companheiros ou ex-companheiros e outros parentes (8%).

Os dados de 2020 e 2021 deram visibilidade ainda à violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ com aumento de 24% do número de assassinatos (121 casos) e 21% dos casos de agressão (1.169 registros) de um ano para o outro. Ressalta-se que a LGBTfobia, isto é, a discriminação baseada na orientação sexual, desde 2019 é tipificado na legislação brasileira com pena prevista entre três a cinco anos de reclusão.

Em 2022 a pesquisa destaca dois outros crimes cometidos contra as mulheres: perseguição ou stalking (27.722 registros) e agressão psicológica (8.390) ocorrências. Houve redução 1,7% do número de assassinato de mulheres que em 65% das ocorrências aconteceu dentro de casa. Por outro lado, houve aumento expressivo da violência contra pessoas LGBTQIAPN+ em relação ao ano anterior, principalmente do número de estupros (88%), agressões (35%) e homicídios (7%).

Os dados da pesquisa de 2023 e 2024 apontam aumento de todos os indicadores de VCM destacando-se os registros de perseguição que saltou para 56.050 ocorrências, o que equivale a 155 casos diários em 2023, 255 mil casos de agressões domésticas, 24 mil casos de violência psicológica, 1.434 registros de feminicídio e 3.924 homicídios de mulheres.

Em 2024 houve aumento de 24% dos casos de stalking (77.083), 34,8% dos registros de violência psicológica (38.507), 16,5% nos casos de ameaça (778.951) 9,8% de ocorrências

relacionadas à violência doméstica (258.941). As estatísticas relacionadas aos casos de stalking demonstram que as tecnologias potencializam a violência de gênero em ambiente digital e explicitam a natureza informacional que o fenômeno apresenta.

Quanto aos casos de feminicídio, houve aumento de 0,8% totalizando 1.431 registros dos quais em 63% das ocorrências, as vítimas eram mulheres negras, 71% tinham entre 18 e 44 anos e o assassinato ocorreu dentro de casa em cerca de 64% dos casos. Os dados estatísticos deixam claro que apenas o viés jurídico/normativo apesar de importante, não consegue sozinho solucionar o problema da violência.

A mesma percepção é compartilhada por Limna (2018) em sua pesquisa de mestrado, a partir da análise dos casos judiciais acolhidos transitados em julgado e em andamento no Tribunal do Júri em Ceilândia-DF entre 2012 e 2016, nos quais foram denunciados os autores de feminicídio íntimo.

O estudo conclui que ao desconsiderar a variável gênero, a justiça criminal invisibiliza e naturaliza o contexto de violência experienciado pelas mulheres assassinadas e reforça estereótipos de gênero. A autora defende que o viés jurídico entra em cena após a ocorrência do episódio de violência, no caso específico da pesquisa, tendo como desfecho o feminicídio, último ato do ciclo da violência doméstica sendo necessário portanto, centrar esforços em estratégias preventivas.

Os dados corroboram a tese de Limna (2018) haja vista o aumento expressivo dos casos de VCM ao longo do tempo que podem ser ainda maiores, considerando a subnotificação de casos. Essa violência também ocorre no ambiente acadêmico e precisa ser debatida e enfrentada considerando que representa violação dos direitos humanos femininos e restringe a permanência das mulheres na academia e, conseqüentemente, prejudica o avanço do conhecimento científico.

3.3. Violência contra a mulher nas universidades federais brasileiras: precisamos falar sobre isso

Quando se reflete sobre a violência baseada em gênero a literatura aponta que esta ocorre no âmbito público e privado, é interseccional, apresenta-se como fenômeno sociocultural e reflete uma herança patriarcal que se materializa sob diversos comportamentos in(conscientes) que oprimem e marginalizam as mulheres, restringindo suas potencialidades.

Bandeira (2019) aponta que a análise e qualificação da temática da violência contra a mulher se deu a partir da contribuição do movimento feminista, com a desconstrução do caráter atribuído ao sexo feminino e masculino enquanto dimensão biológica e colocando sobre essas categorias a dimensão histórica. A partir da concepção histórica dos papéis de homens e mulheres enquanto seres sociais, foi possível problematizar a naturalização da violência até então invisibilizada.

Mas antes de refletir sobre a jornada acadêmica feminina, é preciso compreender como se deu o acesso delas ao ensino superior. Segundo Lima e Ceia (2022) os espaços universitários nos primórdios eram predominantemente ocupados por homens. De fato, as mulheres não eram consideradas nem mesmo como grupo de interesse nas pesquisas científicas conforme reflete Schiebinger (2019).

Este cenário começou a mudar por volta da década de 1970, a partir do autorreconhecimento por parte das mulheres enquanto seres capazes de produzir conhecimento científico e aptas a atuarem nas mais diversas frentes de trabalho. Esse insight permitiu vislumbrar que era possível a construção do protagonismo social feminino.

Essa autopercepção aliada às críticas do movimento feministas e ao desenvolvimento de epistemologias feministas que questionavam o viés eurocêntrico da produção do conhecimento científico, que ignorava o recorte de classe e raça que impactavam a construção do saber c, permitiram que gradualmente as mulheres adentrassem ao ensino conforme pontuam Lima e Ceia (2022).

No Brasil essa tendência se repetiu com as mulheres adentrando ao espaço educacional primeiramente como docentes e posteriormente como alunas. A esse respeito, Rabelo (2019) aponta que a educação para mulheres abastadas em colégios particulares só foi autorizada a partir do século XVIII. Esse fato ilustra que o recorte de classe foi determinante no acesso à educação feminina.

Uma vez conquistado o direito à educação superior, as mulheres se depararam com dois desafios ainda maiores: a jornada acadêmica permeada por desafios que refletem as desigualdades a que elas já estavam sujeitas fora do ambiente universitário e posteriormente o tratamento desigual no mercado de trabalho. Alguns estudos se debruçaram sobre esse fenômeno e nos ajudam a entender melhor o cenário desse problema social nas universidades federais brasileiras e na sociedade.

Quanto à jornada acadêmica, deve-se atentar ao fato de que a presença feminina está sujeita a múltiplas formas de violência que impactam negativamente sua permanência nos espaços do saber científico, restringindo seu desenvolvimento e comprometendo o avanço de uma construção equânime e plural do conhecimento científico. Nessa perspectiva, deve-se fazer a seguinte pergunta: quais as tipologias de violências a que as mulheres estão suscetíveis no ambiente universitário e como enfrenta-las?

A Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha (LMP) identifica 5 tipos de violência que assolam as mulheres: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Essas tipologias devem ser investigadas e enfrentadas tanto na comunidade acadêmica e na comunidade local quanto na sociedade como um todo com vistas a garantir a proteção, integridade física e mental e a efetivação dos direitos femininos.

No contexto acadêmico, as mulheres não estão isentas de vivenciar situações violentas. De acordo com Lima e Ceia (2022), há similaridades no perfil dos agressores e na tipologia da violência baseada no sexo e orientação sexual cometidas majoritariamente contra mulheres ao redor do mundo. O cenário demanda posicionamento proativo das universidades com vistas à prevenção e enfrentamento desse grave problema que compromete a permanência feminina nos espaços de produção do conhecimento.

A respeito da violência sexual, Lima e Ceia (2022), por meio de uma coletânea que reúne artigos escritos por pesquisadoras de referência na questão de gênero, investigam esse fenômeno no contexto das universidades da Alemanha, Espanha, Reino Unido, Colômbia, Índia e Brasil de modo a compreender como ele se apresenta a nível nacional e internacional.

No contexto internacional, mais da metade das mulheres entrevistadas relatam ter vivenciado algum tipo de assédio sexual durante o período em que eram universitárias sendo 68,6% no Reino Unido, 68% na Espanha e 54,8% na Alemanha. O estudo chama a atenção para o fato de que a maior parte das vítimas não relataram os episódios de assédio e estupro à autoridade policial, o que reforça que a subnotificação de casos desse tipo de violência não é uma exclusividade do Brasil.

Quanto aos países Brasil, Colômbia e Índia, Lima e Ceia afirmam que os países apresentam dados escassos sobre a temática. Nas universidades colombianas foram reportados 157 casos de assédio sexual dos quais em 149 dos episódios, as vítimas eram mulheres. Embora

muito inferior à estimativa real de ocorrência, as autoras destacam como positivo o aumento do número de registros.

No caso do Brasil, pesquisa realizada pelo Instituto Avon (2015), o contexto das universidades apresenta um cenário preocupante haja vista que 56% das 1.803 mulheres entrevistadas relataram ter vivenciado assédio sexual, 28 % sofreram violência sexual e em 63% das ocorrências, as mulheres não denunciaram a violência sofrida.

Outro dado que acende o alerta e foi identificado pela pesquisa diz respeito ao impacto da violência sobre a vida acadêmica com 36% das mulheres relatando ter deixado de participar de atividades por se sentirem inseguras. Essa estatística reforça a necessidade de pensar e implementar alternativas capazes de diminuir a sensação de insegurança que prejudica o adequado desenvolvimento acadêmico feminino.

O fato de que 27% dos homens entrevistados não considerarem que abusar de uma mulher alcoolizada (estupro de vulnerável) é uma violência, 35% deles não consideram violência coagi-las a uma situação degradante e que 31% não consideram violência repassar fotos e vídeos íntimos sem autorização prova que a desnaturalização contínua dessa e de outras violências é essencial.

Lima e Ceia (2022) chamam atenção, no caso da Índia, para o fato de que os dados sobre violência de gênero não estão publicados em fontes científicas, o que evidencia o pouco interesse do país em conhecer, pesquisar, prevenir e enfrentar o problema. Cerca de 87% dos agressores no contexto indiano eram estudantes, 12% docentes e 0,52% colaboradores administrativos.

A subnotificação também é uma variável que merece um olhar atento sobre a motivação informada pelas mulheres entrevistadas. Cerca de 56,14% das mulheres disseram ter medo da difamação, cerca de 36,84% disseram temer represália da universidade e 33,33% alegaram não ter um canal ou órgão competente para receber a denúncia. Este cenário aponta a necessidade de criar e aprimorar canais de recebimento das denúncias com vistas a prevenir a revitimização e estimular a confiança da comunidade acadêmica nos processos correcionais.

A partir da coletânea, conclui-se que no ambiente universitário ocorre uma gama de práticas sob o conceito de assédio sexual, mas que abrangem desde condutas tipificadas no código penal como importunação sexual, estupro, etc. a condutas ainda não previstas na

legislação, mas nem por isso, aceitáveis. Essas condutas impróprias trazem traumas físicos e psicológicos que demandam acolhimento, atendimento psicológico e demais serviços de saúde humanizados.

A universidade se apresenta como um ambiente de insegurança, seja nas salas de aulas, nos eventos esportivos e universitários, nos espaços de convivência e nos trotes violentos. Porto (2017) destaca o impacto sobre a saúde mental e a trajetória acadêmica das mulheres afetadas que podem desenvolver distúrbios de ansiedade, depressão e em alguns casos, abandonar o projeto de formação superior.

Moreira (2022) por outro lado aborda em sua pesquisa a trajetória do acesso e jornada de discentes trans, destaca como gatilho percussor de resistências o contexto familiar e de percepção em maior ou menor escala das experiências desse grupo com a vivência ou ausência da violência simbólica baseada na identidade de gênero no ambiente universitário. Destaca como marco positivo a criação das portarias de regulamentam o uso do nome social nas universidades e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Duas formas de experiência violentas apontadas nos estudos de Moreira (2022) e Santos (2018) referem-se ao **não** uso do nome social em sala de aula e o acesso ao banheiro como ferramenta de inclusão/exclusão. As experiências de pessoas trans no contexto acadêmico evidenciam que garantir a integridade física e mental de minorias é um desafio.

A este cenário, deve-se ressaltar o índice de violência contra a comunidade LGBTQIAPN+, só passou a ser tema de pesquisa em segurança pública a partir de 2020. Essa comunidade é historicamente marginalizada, associada à prostituição e alvo de violência policial. Nessa perspectiva, o acesso desse grupo social, mesmo diante do tensionamento sociocultural, ao espaço universitário, constitui um avanço emblemático, mas permeado de adversidade.

A respeito da violência física, Bandeira (2011) disserta que os eventos acadêmicos como calouradas, eventos esportivos e trotes se constituem como cenário de humilhação, sexismo, violência física, violência sexual e em alguns casos, morte para estudantes.

Bandeira ressalta que a violência simbólica e o caráter de dominação envolvido na interação veterano/calouro revelam uma hierarquização entre membros novos e antigos da universidade e que episódios como o “leilão de calouras” no Campus Gama, a humilhação

sofrida por calouras em trote na Faculdade de Agronomia e Veterinária (FAV), ambos vinculados à Universidade de Brasília causaram indignação e debate na comunidade acadêmica.

As práticas violentas nesses eventos enquadram-se na categoria violência física e sexual à medida que colocam em risco a integridade das mulheres. Entre as condutas impróprias identificadas nesses episódios houve simulação forçada de sexo oral, leilão a partir dos atributos físicos das calouras e incitação ao estupro coletivo

Segundo relatório da CPI conduzida pela Assembleia Legislativa de São Paulo que investigou trotes violentos, outras situações inaceitáveis como tortura, consumo forçado de álcool, importunação e violência sexual são práticas recorrentes nesses eventos.

Sobre a violência psicológica, identifica-se duas variações que afeta de forma negativa a trajetória feminina: assédio moral e capacitismo. Essa tipologia atua ainda como catalisador para a prática reiterada de misoginia e desqualificação intelectual. Quanto ao assédio moral, Leal (2017) ressalta que esta tipologia está associada a docentes e colaboradores. Aos docentes essa violência se manifesta na pressão por produtividade científica.

Leal (2017) ressalta a forma desigual em que mulheres e homens tem sua produtividade acadêmica avaliada, a desqualificação dos temas de pesquisa indicados por mulheres e problematiza a invisibilização da contribuição feminina, quase sempre atrelada à “ajuda” do professor (leia-se homem) que a ajudou a conduzir suas pesquisas.

Nunes e Tolfo (2020) por outro lado, se debruçaram sobre as consequências psíquicas e físicas decorrentes do assédio moral experienciados por docentes e servidores técnico-administrativos. Eles pontuam que as manifestações físicas pós violência emergiram como dores de cabeça, dores no peito, dores musculares e aumento de peso.

No que se refere às consequências psíquicas, destacaram-se a perturbação emocional, síndrome do pânico, aversão ao local de trabalho, estresse, desânimo entre outros. Percebe-se que o assédio moral assume contornos dramáticos e que afeta profundamente as relações de trabalho, a saúde física e mental dos servidores, docentes e técnicos

A respeito do capacitismo, isto é, a discriminação contra pessoas com deficiência, Melo (2018) identifica uma trajetória marcada pela opressão no contexto familiar e de ensino. Chama

a atenção a questão familiar responsável tanto por incentivar/dar assistência quanto por restringir acesso ao ensino, a serviços de saúde e planos de vida.

Atente-se ainda que está atrelada a essa conjuntura o fato de que o recorte de classe é uma varável que impacta na autonomia desse grupo que nem sempre pode contar com estrutura educacional adequadas às suas necessidades.

Outras duas manifestações de violência sobre a qual se deve debater no contexto acadêmico são o racismo e a desqualificação intelectual. Silva (2018) reflete que a trajetória de mulheres negras, sobretudo as docentes, é atravessada por múltiplas dificuldades no que se refere à formação e ao cotidiano profissional.

A autora destaca que além do desafio de se constituir docente permanece no cotidiano profissional sob a forma do racismo institucional, uma constante desqualificação intelectual ora velada ora escancarada e reflete que esta situação, assim como a feminização de áreas ligadas à saúde e ao cuidado, reflete a ação dos papéis de gênero e a herança escravagista. Embora a implementação da política de cotas represente um avanço, as tensões sociais inerentes e o constante risco de retrocesso limita as potencialidades das mulheres negras no espaço acadêmico.

A misoginia por sua vez, manifesta-se na desqualificação intelectual infligida contra pesquisadoras, mulheres com deficiência e alunas matriculadas em curso das Ciências exatas (Leal, 2017; Melo, 2018; Silva, 2018). Essa discriminação baseada em gênero reflete a materialidade de concepções arcaicas que determinam o que as mulheres devem fazer, quais espaços podem acessar e em quais devem permanecer, colocando em risco sua autonomia e carreira profissional.

Como é possível apreender a partir da literatura e da realidade, as múltiplas violências impactam todos os espaços ocupados pelas mulheres incluindo o ambiente universitário, mas não se restringe a ele. No mercado de trabalho, as desigualdades se perpetuam na diferença salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função e entre mulheres negras que recebem em média 53% menos do que um homem branco e são minoria em cargos de liderança (Silva, 2024)

Além disso, a marginalização feminina é um fato concreto, tanto no âmbito público quanto no privado considerando que a divisão sexual do trabalho a sobrecarrega e limita suas

potencialidades educacionais e profissionais (Hirata, 2006; FGV Ibpe, 2023) e concorre para um quadro de exaustão física e mental. Este contexto explicita os recortes de gênero, raça e classe se entrelaçando e potencializando as diversas opressões sociais impostas historicamente a corpos femininos, especialmente corpos femininos negros.

Diante do exposto, conclui-se que a violência sexual, moral, psicológica, de gênero, a misoginia, estupro, a desqualificação intelectual, o capacitismo e o racismo afetam negativamente a trajetória acadêmica feminina, comprometem a sua permanência nas universidades federais brasileiras e consequentemente sua contribuição para a produção do conhecimento científico e devem ser prevenidas e enfrentadas pelas IFES sob uma abordagem multidisciplinar e articulada.

3.4. Mediação da informação e articulação institucional: contribuições da universidade federal para a transformação social

A violência de gênero enquanto problema social complexo pode ser enfrentado a partir de diferentes abordagens e perspectivas. Este fenômeno pode ser investigado a partir da Comunicação, e Saúde, da própria CI, Psicologia por exemplo.

No âmbito da Comunicação, a VG dialoga com a educomunicação, conceito desenvolvido por volta da década de 1960, no contexto das ditaduras sul-americanas conforme afirma Citelli (2019), aborda a integração de medidas comunicativo-informativas como estratégia de resistência ao autoritarismo e promoção de uma mentalidade cidadã crítica. De fato, ao estimular o senso crítico, a educomunicação viabilizaria a desnaturalização da violência junto à sociedade.

Outra abordagem possível seria a partir da perspectiva da comunicação orientada para a Saúde, considerando que os estudos voltados para a saúde feminina foram negligenciados nos primórdios da pesquisa científica. Tal abordagem se justificaria ainda haja vista que a violência se manifesta na procura por serviços de saúde os quais devem ser fornecidos de forma humanizada.

Entretanto, esta pesquisa aborda o viés informacional como estratégia de enfrentamento haja vista que a produção, acessibilidade a longo prazo e gestão da produção científica e a disseminação de informação utilitária com ênfase no diagnóstico realístico e a capacitação social/profissional preventiva, alinhada ao viés normativo/jurídico constituem ferramentas

estratégicas no planejamento do enfrentamento da violência de gênero na sociedade e no contexto das instituições federais de ensino superior.

Mas afinal, o que o bibliotecário tem a ver com a violência de gênero? A resposta é: tudo! O papel do bibliotecário evoluiu de guardião do conhecimento para mediador da informação, atribuição que se provou estratégica, especialmente em períodos de crises como guerras e pandemias nos quais o acesso à informação direcionada à resolução de problemas sociais se tornou imprescindível.

Embora essa questão do papel/atuação dos bibliotecários não seja o foco do presente estudo, cujo objetivo é investigar as tipologias de violência de gênero presentes no contexto acadêmico e como se apresentam as ações informacionais de prevenção e enfrentamento empreendidas pelas universidades federais, salta aos olhos a centralidade desse profissional na construção de uma sociedade mais justa e equânime.

A mediação da informação, conforme reflete Almeida Júnior (2015), constitui uma ação de interferência com vistas à satisfação, ainda que parcial, de uma necessidade informacional por meio da apropriação informacional e se materializa de forma consciente na atuação dos bibliotecários, profissionais cujo objeto de trabalho é a informação.

O autor aponta que essa mediação pode ser explícita - quando há a presença física e imediata do usuário - ou implícita quando, embora ele não esteja presente fisicamente, permanece como foco do processo mediacional.

Partindo da premissa de que esse processo de apropriação informacional enquanto processo humano sofre impacto do contexto sociocultural, torna-se claro que o estudo dessa relação entre marcadores sociais e a informação é um campo de interesse da Ciência da Informação e da práxis dos profissionais bibliotecários que deve ser melhor investigada em estudos mais aprofundados.

Pode-se afirmar que a violência de gênero é também um fenômeno informacional e essa natureza informacional se torna evidente em casos de grande repercussão midiática. A cobertura tendenciosa do assassinato da atriz Daniela Perez na década de 90, expressa no discurso midiático, reforçou estereótipos de gênero em desfavor da vítima e suscita questionamento a respeito da dimensão ética na disseminação da informação.

Além disso, exemplifica dois *modus operandi* sociais associados à violência de gênero: a romantização do crime cometido em contexto íntimo e a culpabilização da vítima. Esses *modus operandi* concorrem para a subnotificação de casos e revitimização, principalmente nos serviços de saúde e no acesso das vítimas à justiça. Limna (2018) identificou essa tendência ao constatar que a perspectiva de gênero não foi observada na investigação de feminicídios acolhido pelo fórum de Ceilândia-DF.

Tal constatação acende um alerta considerando que essa região administrativa apresenta alto índice de violência contra a mulher (VCM) e mais uma vez corrobora a ideia de que o viés jurídico/normativo é insuficiente para enfrentar o problema. Explicita ainda que a desnaturalização da violência deve fazer parte de ações informacionais permanentes tanto para profissionais de segurança pública, da informação quanto para a sociedade como um todo.

A morte da publicitária Juliana Marins por outro lado, escancara a interseccionalidade de gênero e raça sobre a decisão de quais corpos “merecem” ser salvos. Nesse caso, a culpabilização da vítima se materializa sob a forma de julgamento das decisões pessoais/profissionais da mulher que aqui se furtam à receita tradicional do casamento e da maternidade.

Nessa esteira da dimensão informacional do fenômeno da VG outro aspecto sobre o qual se deve refletir é o aumento do discurso de ódio contra mulheres nas redes sociais. Segundo relatório produzido pelo Net-Lab/UFRJ a disseminação de vídeos de cunho misógino que estimulam o desprezo e o controle dos corpos femininos se tornou um negócio lucrativo para canais na plataforma *Youtube* que movimenta milhões.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de empenhar esforços na desnaturalização da misoginia em ambiente digital. Segundo Bates (2025), estamos vivenciando uma radicalização em massa do menosprezo direcionado às mulheres por parte dos adolescentes, algo que antes era uma característica proeminente em indivíduos mais velhos. A pesquisadora aponta que esse fenômeno tem sido impulsionado pelos algoritmos da internet.

Os episódios supracitados apontam a ação dos papéis de gênero e da reprodução de estereótipos no comportamento informacional dos indivíduos, que por sua vez é fortemente influenciado pelo contexto sociopolítico e socioeconômico. Essa ação sutil se constitui como *modus operandi* social coletivo in(consciente) e promove a materialização na realidade de ideias arraigadas à cultura patriarcal do que se espera que as mulheres façam ou deixem de fazer.

A materialização de estereótipos e dos papéis de gênero no contexto acadêmico se torna explícita ainda na destinação de recursos de pesquisa, na presença minoritária e caracterizada pelo racismo vivenciado por mulheres negras em cargos de docência e na misoginia, isto é, na discriminação baseada na condição feminina presente na trajetória de mulheres matriculadas em cursos das Ciências Exatas (Rufino, 2018; Silva, 2019; Moreira e Andrade, 2017).

Os marcadores sociais geram impacto sob diversas perspectivas. Essas categorias que segmentam hierarquicamente os indivíduos na sociedade de acordo com Pelúcio (2011) emergiram a partir do feminismo das diferenças por volta da década de 1980. Essa corrente criticava o caráter excludente e seletivo do movimento feminista à época que não considerava os recortes de classe e raça, por exemplo.

Caires (2010), por sua vez, aponta que essas variáveis, isto é, os marcadores sociais da diferença, são um campo de estudo a partir do qual é possível compreender de que maneira se constituem socialmente as desigualdades que hierarquizam os indivíduos. De fato, a realidade reforça a interseccionalidade dessas categorias no fenômeno da VG.

Macedo (2025) ao investigar a aplicabilidade dessas categorias, especialmente de raça e gênero no ensino em saúde, constatou que a presença desses MSD na formação profissional, contribui para a promoção de uma formação comprometida com a equidade, diversidade e os direitos humanos.

Vasconcelos, *et al.* (2025) em contrapartida identificaram um perfil epidemiológico das mulheres adultas vítimas de violência no Brasil e o impacto do fenômeno na saúde mental e física feminina e afirmam que a violência está associada a mulheres mais jovens, pretas e pardas, com baixa escolaridade, economicamente vulneráveis e entre aquelas que contam com menor rede de apoio. Esse perfil reflete na prática a interseccionalidade de gênero, raça, classe e idade na violência sofrida pelas mulheres brasileiras.

Por outro lado, o estudo corrobora a percepção de Cortes, Araújo e Silva (2014) a respeito da dificuldade em se obter dados relacionados a essa temática. Os motivos relatados para explicar a fragilidade na coleta de dados, de acordo com Vasconcelos, *et al.* (2025), são a dificuldade das mulheres em reconhecer a violência e a falta de capacitação dos profissionais da saúde para identificar os sinais indiretos da violência. Os autores apontam que essas variáveis concorrem para a subnotificação dos casos.

Ao analisar a campanha institucional “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” veiculada pelo Conselho Federal de Psicologia em 2020 na plataforma *Facebook*, Marques (2024) conclui, a partir da recepção negativa da iniciativa, que tal reação representa uma tentativa de manutenção da estrutura patriarcal que incentiva a cultura do estupro e marginaliza direitos femininos.

Segundo a autora, a perspectiva de gênero não está integrada à prática profissional, motivo pelo qual ressalta a necessidade de implementação da agenda de direitos femininos na Psicologia Brasileira através da formação ética e capacitação dos profissionais, destacando o papel político do CRF nesse processo construtivo.

No contexto jurídico percebe-se a tentativa de retrocesso da legislação brasileira relacionada, considerada uma das mais avançadas do mundo. Campos (2024) alerta para uma tendência de interpretação restritiva da perspectiva de gênero na concessão de medidas restritivas. Essa tendência viola a Lei Maria da Penha (11.340/2006) e dificulta o acesso das mulheres à justiça, aumentando o risco de feminicídio e revelando de forma prática a ação da masculinidade na tentativa de burlar a aplicação adequada da legislação de enfrentamento.

Na área da Educação, Duarte (2024) aponta a dificuldade em incorporar a perspectiva de gênero na formação docente a partir da análise da trajetória de professoras feministas da região sul e sudeste do Brasil. De acordo com Duarte, a defesa, por parte das docentes, de que essa temática seja implementada no projeto político pedagógico educacional das instituições em que atuam, é repleta de tensionamento e negociação exaustivos na esfera institucional.

Esse cenário torna explícito que refletir sobre a VG é urgente considerando a dimensão do fenômeno no Brasil e o papel da educação na eliminação das desigualdades estruturais que se perpetuam na sociedade. Os demais trabalhos analisados permitem concluir que a falta de dados qualificados e de capacitação profissional não é uma exclusividade da CI e que os marcadores sociais impactam de diversas áreas o conhecimento.

Esse campo é uma seara pouco desbravada pela CI. A relação entre os marcadores sociais e o consumo, produção, interação e apropriação informacional tem despertado o interesse da CI apenas nos últimos anos conforme aponta Cardoso (2023).

De acordo com estudo no qual analisa as publicações do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) de 1994 a 2021, Cardoso (2023) pontua o aumento do

interesse da CI sobre a temática, principalmente a partir de 2019 e destaca que os trabalhos relacionados à mediação da informação, cuja autoria é majoritariamente feminina, evidenciam a interface CI- estudos de gênero e versam principalmente sobre direitos femininos e legislação.

Outros pontos relevantes identificados na pesquisa dizem respeito ao caráter social da informação à medida que sua utilização estratégica configura um caminho para a transformação de mentalidades, processo essencial para a desnaturalização da VG. A autora enfatiza a contribuição da informação para a promoção do protagonismo social feminino e sua potencialidade para a produção de novos conhecimentos.

Santos Neto (2024) destaca a necessidade de que a prática da mediação implícita da informação – aquela que acontece sem a presença física imediata do usuário mas que o tem como foco - seja exercitada de forma consciente, ética e levando em consideração os marcadores sociais da diferença (MSD) haja vista seu impacto na apropriação informacional por parte do usuário.

Outra questão central que é colocada em evidência por Santos Neto relaciona-se com a importância do alinhamento ético e de se observar os MSD nos processos de organização e representação da informação e do conhecimento (ORIC). O autor reflete que esse campo de pesquisa tem sido incorporado gradualmente à CI sob múltiplas concepções, mas destaca a incipiência dos estudos.

O desenvolvimento de serviços de informação, tal qual proposto por Figueiredo (1996), que prevê a disseminação seletiva de informação especializada (Referral ativo), mediação e tradução de conteúdo científico para linguagem acessível e a aproximação entre usuários e unidades informacionais podem constituir estratégias potentes de articulação institucional com vistas à prevenção e ao combate da VG.

A esse respeito, Colono, *et al.* (2024). analisaram a interface gênero-informação no âmbito de uma biblioteca comunitária e explicam que a unidade de informação é pouco utilizada pela comunidade, mas apresenta um grande potencial enquanto mediadora de informação para a promoção dos direitos femininos e o compartilhamento de informação essencial para o enfrentamento das múltiplas formas de VCM.

Cavalcante (2024) por outro lado, investiga a interação entre a mediação cultural da informação e a VG a partir da exposição “Retratos Relatos”, de Panmela Costa, ativista

feminista e anti racista. Os autores concluem que é possível identificar na exposição os diversos tipos de violência contra a mulher, evidencia a natureza sociocultural do fenômeno e sua relação com o processo de mediação cultural da informação na sociedade.

A partir da percepção de Cavalcante, outro ponto chama a atenção a respeito da implicação das manifestações culturais sobre o fenômeno da violência. No que se refere às telenovelas, um formato audiovisual amplamente consumido no país e que exporta ao mundo uma identidade imagética do Brasil que não condiz com a realidade da sociedade brasileira, deve-se refletir sobre como a mulher é retratada na mídia.

A esse respeito, faz-se necessário discutir sobre a representação da figura feminina nas propagandas brasileiras, principalmente aquelas relacionadas com produtos como carros e cervejas nos quais a mulher era retratada de forma objetificada.

Em pesquisa realizada a partir da análise de 30 peças publicitárias automobilísticas, Essado, et al, (2018) concluem que 97% das mulheres entrevistadas não se sentiam representadas nos comerciais automobilísticos, em 35% dos comerciais eram retratadas de forma objetificada. Em apenas 20% das peças publicitárias elas eram retratadas como protagonistas, em 25% com papel secundário e em 25% sequer estavam presentes na propaganda.

Lourenço (2023) por sua vez explana que a evolução da representação feminina em comerciais de cerveja se deu a partir da crítica feminista ao conteúdo machista presente nas peças publicitárias e ressalta a importância dessa crítica na transformação dos mercados. Em ambos os casos, percebe-se o reforço das desigualdades estruturais entre homens e mulheres, desigualdades que atingem de forma pungente e negativa as mulheres.

Analisar o discurso dessas peças informacionais e da mídia impressa ao longo do tempo ajuda a compreender a ação da masculinidade e do patriarcado sobre como a mulher é vista na sociedade e como ela é condicionada a se enxergar. Representa um campo interessante a ser trabalhado para a CI à medida em que mais uma vez caracteriza a natureza informacional do marcador gênero na produção e consumo informacional.

A partir de um artigo no qual se discorre sobre a presença de três protagonistas negras na escala de programação de novelas das 18:00h, 19:00h e das 21:00H da rede Globo Furlaneto (2009), infere-se que essa “representatividade” negra na mídia reforça estereótipos racistas e

classistas, retratando-as em trabalhos subalternos. Salienta-se que a maior parte da população brasileira é negra, mas o que se vê nas telas e que é exportada ao mundo é a imagem de um país majoritariamente branco.

Outra contribuição de Cavalcante (2023) para o debate sobre o marcador gênero na CI se relaciona com o papel das bibliotecas no enfrentamento da violência de gênero através da mediação cultural da informação. A autora destaca a relação entre os fenômenos informacionais e as estruturas socioculturais que moldam os sujeitos e sua interação com a informação.

A pesquisadora reflete que à medida que a informação se constitui como elemento de protagonismo social, considerando a função social da biblioteca enquanto promotora da mediação cultural da informação, as bibliotecas se apresentam como um ambiente propício para fomentar o pensamento crítico a respeito da VG. Este pode ser fortalecido, entre outras estratégias, segundo a pesquisadora, por meio de ações informacionais como palestras, rodas de conversa, elaboração de material informativo com linguagem acessível, etc.

Diante dessa perspectiva, conclui-se que a mediação da informação prestada por bibliotecas públicas e quando produzida e disseminada no âmbito das universidades, representa uma potente ferramenta no sentido de estimular ações preventivas e efetivar que contribuam para a Igualdade de Gênero que constitui o 5º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma agenda mundial que prevê 17 objetivos e 169 metas estruturados em quatro dimensões: social, ambiental, econômica e institucional (Figura 3.3.1).

Segundo Bernardino, Sampaio e Santos (2020), a iniciativa da Organização das Nações Unidas resulta de uma complexa negociação a nível mundial que envolve as dimensões política e organizacional. Considerando o papel social transformador do profissional bibliotecário, percebe-se a necessidade de que estes atuem de forma política e engajada na comunidade a qual a unidade de informação a que esteja vinculado está inserida com vistas a diminuir a desigualdade de gênero.

Figura 3.3.1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas Brasil, 2025

Em 2018, observando a Agenda 2030, plano global que definiu os 17 ODS, a Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas criou o Programa “As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU”. O documento orienta, por meio de recomendações, a atuação de bibliotecários envolvidos em Advocacy a nível local e regional na implementação dos ODS.

O mapeamento realizado pelos pesquisadores das ações alinhadas ao 5º ODS que trata da Igualdade de Gênero e empreendidas pelas unidades públicas de informação entre 2015 e 2020 explicita o papel central e relevante da biblioteca, em especial da biblioteca pública como uma das organizações que atuam em prol de uma sociedade socioeconomicamente sustentável.

Percebe-se, portanto, o esforço da IFLA em promover uma atuação política dos profissionais da informação baseada nas demandas sociais e pautada pela realidade local na qual as unidades de informação estão presentes é pertinente e necessária. Esse posicionamento institucional deve nortear a atuação dos bibliotecários enquanto servidor e cidadão comprometido com a construção de uma sociedade equânime e justa.

Bernardino, Sampaio e Santos (2020) refletem ainda que essa articulação institucional e da categoria dos profissionais da informação vai ao encontro do escalonamento dos dados relacionados à violência de gênero no Brasil. Os índices de casos de feminicídio e agressão às mulheres são alarmantes a despeito de importantes legislações de enfrentamento.

A esse respeito, pode-se citar, a título de ilustração, o art. 3º, inciso IV, que prevê a promoção do bem de todos, vedando a discriminação de qualquer natureza, incluindo aquela

baseada no sexo e do artigo 5º da Constituição Federal que garante a igualdade entre homens e mulheres perante a lei.

Outro instrumento normativo importante é a Lei Maria da Penha (Lei 11.340) que constitui um marco histórico na luta contra a violência de gênero e implementou as medidas protetivas. Outro dispositivo jurídico importante é a Lei do Feminicídio que nomeou a morte de mulheres cuja motivação é a sua condição feminina e cujo agressor é parceiro ou ex-parceiro íntimo e familiares.

Diante da explícita necessidade de aliar propostas preventivas ao planejamento estratégico do enfrentamento à violência de gênero e considerando a centralidade da mediação e gestão da informação nesse processo construtivo, torna-se necessário dar visibilidade às experiências implementadas ou propostas pelas universidades federais brasileiras.

Faz-se mister destacar que a reflexão permanente a respeito da variável gênero e demais MSD em diferentes contextos é um campo de pesquisa, cuja exploração em certa medida está consolidada em áreas como a Saúde, Direito e Psicologia, mas ainda é incipiente no âmbito da Ciência da Informação.

A esse respeito, Côrtes, Araújo e Silva (2014) apontam a dificuldade em obter dados qualificados e sistematizados a respeito da violência de gênero, bem como do fluxo de atendimentos realizados nos centros de atendimento à mulher. Eles refletem sobre o impacto da ausência da gestão da informacional e da automação de serviços de informação que dificultam a obtenção de um diagnóstico preciso da realidade do problema e consequentemente, resultam em ações de prevenção menos assertivas.

O estudo elaborado pelos autores tomando por base a implementação de uma política de gestão da informação e a automação no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB) conclui que urge a aplicação de técnicas e políticas específicas com o objetivo de assegurar a acessibilidade e perenidade dos dados produzidos no âmbito dos órgãos de atendimento à mulher, embasando o processo decisório e o planejamento institucional.

Esse cenário reforça a relevância do presente estudo que busca compreender a realidade desse fenômeno no ambiente acadêmico. Analisar a tipologia e o contexto em que esses episódios recorrentes de violência de gênero ocorrem é um passo necessário no que se refere a

identificar o cenário atual do problema e aprimorar o planejamento institucional das ações implementadas pelas universidades.

Guaraldo, Santos e Avelino (2021) investigaram as ações do projeto de extensão universitária “FACES da Informação e Comunicação em Saúde” cujo mote é a gestão de informações sobre a VCM na cidade de Bauru-SP. A proposta, vinculada à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp)- Bauru, resulta na troca de saberes (mediação da informação) entre os múltiplos agentes envolvidos nas ações do projeto de extensão universitária e no desenvolvimento de competências.

Outra questão crucial apontada pelos pesquisadores dialoga sobre o papel da universidade na transformação social por meio da extensão universitária. Guaraldo, Santos e Avelino (2021) ao analisarem o impacto do projeto de extensão universitária, explanam que a universidade constitui um espaço privilegiado da produção de conhecimentos no qual a extensão desempenha um papel primordial no aprimoramento de teorias e práticas, ampliando a capacidade analítica dos discentes.

Os pesquisadores ressaltam que essa estratégia de enfrentamento apresenta três pontos positivos. O primeiro deles refere-se ao estímulo da produção científica sobre o tema, haja vista o desdobramento das ações extensionistas em novos projetos de pesquisa. O segundo ponto positivo dialoga com o desenvolvimento de competências informacionais acerca da assimilação de conhecimentos e transformação dos diversos agentes envolvidos no projeto.

O terceiro ponto positivo a ser evidenciado diz respeito ao estreitamento dos laços entre a universidade e a comunidade, haja vista que a aprendizagem sobre a violência contra a mulher foi baseada em evidências de pesquisas que consideraram as especificidades do contexto local.

Guaraldo, Santos e Avelino (2021) destacam ainda o papel do projeto de extensão para o enriquecimento da produção científica sobre o enfrentamento desse fenômeno socio-informacional, a partir do levantamento e sistematização de dados sobre a violência em parceria com o Conselho Municipal de Política para as Mulheres. Ressalta-se que a extensão universitária constitui uma forma de devolver à comunidade local sob a forma de serviços o conhecimento produzido na academia.

A competência em informação para a sociedade por fim foi alcançada, conforme relatam os pesquisadores, a partir da ampla divulgação da pesquisa na mídia local e regional.

Essa aceitação, de acordo com os autores, resulta da confiabilidade das fontes e dos dados mediados no âmbito da iniciativa.

Costa (2024) ao analisar por meio de múltiplas fontes de dados a relação entre engajamento e fake news a partir de publicações no perfil da rede social Instagram do projeto de extensão universitária “Comunica Mulher”, vinculado à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, durante a pandemia, constatou que embora o engajamento relacionado às fake news não tenham aumentado significativamente durante o recorte temporal aplicado à pesquisa, este assunto foi o que mais mobilizou o público do projeto.

A respeito desse projeto de extensão em específico, tornou-se evidente o interesse dos seguidores do perfil em temas relacionados aos direitos femininos e violência contra a mulher, isto é, uma necessidade informacional consciente da comunidade. Ressalta-se que a proposta de intervenção aqui descrita representa uma alternativa adaptada ao ambiente digital, o que envolve a tradução dos conteúdos em linguagem acessível e formatado para as especificidades das redes sociais.

Outro fato interessante a se destacar a respeito da iniciativa é que a mediação digital da informação é uma ferramenta com alto potencial que pode ser melhor aproveitada pelas universidades ao mesmo tempo em que como projeto de extensão, busca maior conexão com a comunidade na qual a Universidade de Brasília está inserida, ofertando serviços e disseminação de informação qualificada a partir da produção científica relacionada ao enfrentamento da violência de gênero produzida pela universidade.

Ao promover eventos presenciais como rodas de conversa e cineclube, o CM estimula a reflexão e desnaturalização do ciclo da violência. Constitui um canal importante disseminação seletiva de informação utilitária no que se refere a conscientizar os usuários/ seguidores sobre aos direitos humanos femininos e direcionamento a serviços públicos relacionados a essa temática.

Outra estratégia informacional de enfrentamento promovida pela Universidade de Brasília que merece destaque é a criação, em parceria com o Ministério das Mulheres, do curso online Protocolo Não é Não. A proposta é aberta à comunidade e orientada para a capacitação de colaboradores de casas noturnas, bares, restaurantes e demais estabelecimentos onde haja venda de bebidas alcoólicas na prevenção do constrangimento e violência que possa ser infligido contra mulheres nesses ambientes.

A relevância dessa estratégia reside na formação/capacitação de profissionais e da sociedade quanto à necessidade de prevenir a violência de gênero em locais estratégicos. Considerando o modus operandi social que perpetua a naturalização dos episódios violentos cometidos contra mulheres nesses espaços, apresenta-se como um exemplo de boa prática no que diz respeito à articulação institucional entre a universidade e instituições da sociedade, ferramenta estratégica pertinente a um problema social tão complexo.

No âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foram identificadas boas práticas informacionais que dialogam com a temática desta pesquisa e se enquadram nas categorias de Diagnóstico, Prevenção, Apuração e Responsabilização. Essas categorias emergiram a partir da análise do conteúdo das políticas institucionais de prevenção e enfrentamento implementadas pelas universidades federais brasileiras.

Quanto à prevenção e ao diagnóstico, destaca-se a realização de eventos de abrangência local e internacional, a exemplo do II Seminário Internacional Investigação e Intervenção sobre Violência de Gênero e Feminicídio: diálogos entre Brasil, Canadá e Portugal. V SEMINÁRIO INTERNACIONAL: MULHERES, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS.

Os eventos representam um espaço de discussão estratégico para conscientização desse grave problema social ao mesmo tempo em que contribui para a construção de conhecimentos e saberes coletivos no âmbito acadêmico nacional em diálogo com a percepção internacional sobre a temática. Deve-se ressaltar ainda o trabalho preventivo e diagnóstico do Grupo Prevenção à Violência Sexual que desenvolve estudos e ações de extensão sobre violência.

Na dimensão Apuração e Responsabilização, deve-se dar visibilidade à criação da Ouvidoria da Mulher UFRJ, canal especializado no acolhimento institucional e recebimento de denúncias de violência e discriminação sofridos pelas mulheres que fazem parte da comunidade acadêmica. O atendimento é realizado por mulheres. A medida representa um avanço significativo e demonstra uma ação interventiva que pode fortalecer o registro e monitoramento da VG no âmbito da instituição.

Outra ação informacional que se destaca é criação da rede Medeia.info desenvolvida pelo Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro cuja execução abrange o contexto de bibliotecas públicas, universitárias e escolares. Seu escopo compreende a promoção da desnaturalização da VG, atuação profissional consciente dos profissionais de bibliotecas e produção de saberes coletivos e ações de prevenção e

enfrentamento direto a partir dos espaços dessas unidades de informação. Representa uma boa prática de articulação institucional e mediação cultural da informação.

As iniciativas anteriormente descritas demonstram possibilidades concretas de atuação preventiva dos profissionais bibliotecários e da universidade, observando-se que estas podem e devem ser replicadas ou subsidiadas pelas bibliotecas universitárias federais e demais unidades de assistência universitária. Convém ressaltar que a atuação dos profissionais da informação não se restringe à implementação de uma agenda de ações preventivas.

A organização da informação assume papel central nesse contexto, haja vista a escassez de fontes confiáveis, a produção de ações institucionais isoladas e observando ainda a falta de estruturação e qualidade dos dados coletados relacionados à VCM no ambiente universitário.

A respeito da qualidade dos dados sobre violência, que apresenta centralidade no planejamento institucional de ações preventivas e interventivas, outro ponto a ser analisado diz respeito ao limite jurídico no que se refere às informações coletadas em processos administrativos que investigam casos de violência de gênero dentro das universidades.

Em suma, percebe-se que os profissionais da informação e da universidade e da CI enquanto agentes de transformação social, da biblioteca, seja pública ou universitária, enquanto espaços de mediação cultural da informação, assumem papel estratégico na construção de uma sociedade mais segura para as mulheres tanto no interior quanto fora dos limites do ambiente acadêmico.

4. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa é mista, isto é, qualiquantitativa, de natureza exploratória e descritiva, conforme definiu Cresswell (2010). O percurso metodológico utilizado no presente estudo foi estruturado em 2 etapas detalhadas a seguir.

4.1 Etapa 1. Identificação das tipologias de violência presentes no ambiente acadêmico

Essa primeira etapa da pesquisa foi dividida em duas nas quais buscou-se identificar as tipologias de violência experienciadas pelas mulheres no contexto acadêmico. Tal levantamento é pertinente uma vez que investigar o diagnóstico real da problemática é requisito essencial para desenvolver propostas preventivas e interventivas eficazes.

Parte I

Essa fase consistiu em um levantamento bibliográfico com vistas a identificar as tipologias de violências às quais as mulheres estão suscetíveis no ambiente acadêmico.

O corpus da pesquisa compreendeu 45 trabalhos sendo 18 artigos científicos coletados na plataforma Scielo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), monografias recuperadas na plataforma Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília (BDM) e artigos científicos relacionados a periódicos eletrônicos das áreas da Educação, Psicologia, Direito e outros recuperados a partir da plataforma Scielo. Também compuseram o acervo da pesquisa 2 livros e 5 capítulos de livros recuperados em sites eletrônicos que atuam no enfrentamento da violência de gênero.

A amplitude temporal dos trabalhos analisados compreendeu o período entre 2010 a 2024 e o levantamento realizado entre setembro de 2023 e setembro de 2024. Neste primeiro momento foram selecionados artigos que retratassem algum tipo de violência em contexto acadêmico e forma utilizados na busca as palavras-chave “violência contra a mulher” and “universidade federal”, “violência de gênero” and “universidade federal”.

Foram desconsiderados para essa etapa trabalhos que embora abordassem alguma tipologia da violência de gênero, não contemplavam no escopo o ambiente universitário. Após a aplicação desse filtro, foram selecionados 44 trabalhos acadêmicos.

A técnica de análise dos resultados utilizada está baseada na Revisão Sistematizada da Literatura, conforme estabelecido por Grant e Booth (2009). Destacaram-se nessa etapa as violências do tipo sexual, moral, de gênero, psicológica, física, estupro e misoginia.

Parte II

Para essa segunda parte da etapa 1 do estudo foram analisadas as manifestações relacionadas à violência no contexto acadêmico. Essa estratégia assume atenção especial uma vez que, torna-se necessário compreender como as tipologias de VG se apresentam nas denúncias e outras formas de registro relacionados à segurança no ambiente universitário.

Deve-se ressaltar que as tipologias de VG identificadas nessa pesquisa, incidem historicamente sobre corpos femininos conforme apontam Bandeira (2016), Lima e Ceia, (2022) e os dados estatísticos. Conclui-se que essas violências decorrem das relações

assimétricas de poder entre homens e mulheres na sociedade e precisam ser investigadas sob diferentes perspectivas e abordagens.

Os dados foram coletados de duas formas distintas. A priori as manifestações foram pesquisadas via Lei de Acesso à Informação e posteriormente através da plataforma governamental PAINEL RESOLVEU? vinculada à Controladoria Geral da União.

A ferramenta reúne informações sobre as manifestações de ouvidoria (denúncia, sugestão, reclamação, solicitações, pedidos de simplificação e elogios) recebidas pela Administração Pública nas esferas municipal, estadual e federal.

A iniciativa visa promover a transparência governamental e a participação social. Foram aplicados na busca, a partir da interface disponibilizada pela plataforma os filtros período, entre 2016 a 2024, “esfera federal”, “instituições federais de ensino” e poder “executivo” a fim de selecionar o âmbito das universidades federais brasileiras que por sua vez foram selecionadas individualmente conforme interface da plataforma.

Foram aplicados além desses, os filtros “assédio moral”, assédio sexual”, racismo” e “discriminação”. Esses filtros disponíveis na plataforma PAINEL RESOLVEU? melhor dialogaram com o locus da pesquisa à medida que dedicou a investigar o cenário de in(segurança) no contexto das IFES que se descortinou na primeira parte do trabalho, a partir do levantamento bibliográfico e contribuirá para um diagnóstico do problema atual.

4.2 Etapa 2. Análise e categorização das estratégias institucionais de enfrentamento

Parte I.

O caminho metodológico da etapa 2 consistiu na coleta, junto aos sítios institucionais das universidades federais brasileiras, das estratégias, principalmente as políticas e ações institucionais de enfrentamento da violência de gênero em suas mais diversas tipologias.

Os termos utilizados na busca foram “assédio moral”, assédio sexual”, “racismo” e discriminação. Essas categorias emergiram a partir da revisão de literatura e refletem os tipos de violências posteriormente identificadas no título das políticas de enfrentamento e que representam as tipologias com maior visibilidade na comunidade acadêmica.

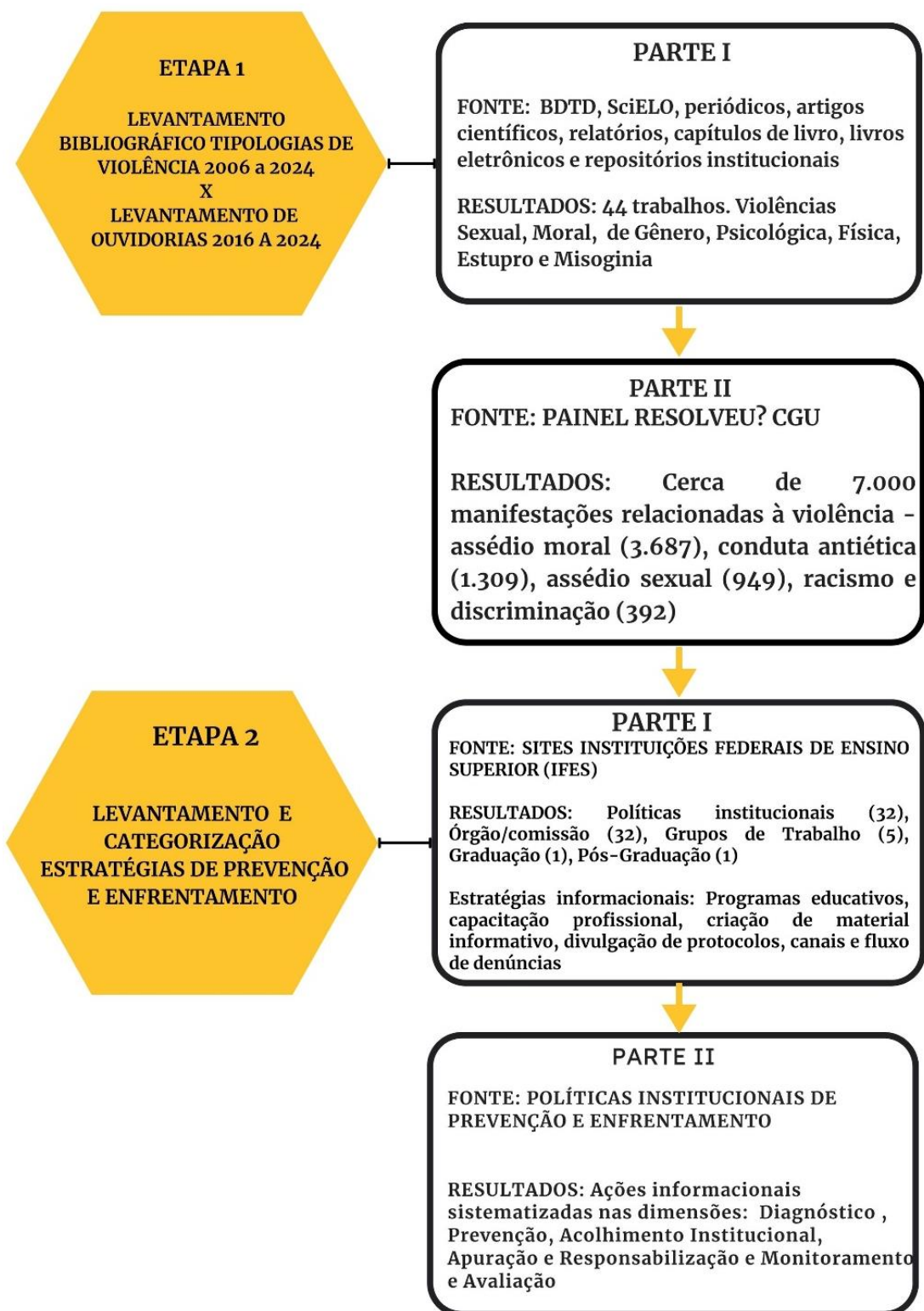
Os resultados do levantamento do acervo documental coletado, composto 82 ações institucionais serão processados a partir da Análise do Discurso dos textos normativos compilados e representados visualmente através de estatística básica.

A partir das ações de prevenção e enfrentamento presente pretende-se investigar quais os resultados da organização das IFES entorno da reflexão da VG, isto é, quais ações tem se materializado no contexto das universidades federais brasileiras com vistas à prevenção e enfrentamento desse grave problema social que compromete os direitos humanos femininos e o avanço do conhecimento científico.

Parte II

A partir do rol de 32 políticas formalmente implementadas identificadas na Parte I dessa, etapa serão identificadas e categorizadas as ações informacionais presentes no texto normativo. Esse processamento se dará a partir da Análise Categorial proposta por Bardin (2011) a partir da qual as ações informacionais nelas presentes foram sistematizadas nas seguintes dimensões: Diagnóstico, Prevenção, Acolhimento Institucional, Apuração e Responsabilização, Monitoramento e Avaliação. O percurso metodológico utilizado no presente estudo está sintetizado na figura 4.1

Figura 4.1 Metodologia



Elaborado pelo autor, 20225

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os resultados obtidos nas três etapas que constituíram o caminho metodológico utilizado no presente estudo. Os achados da pesquisa foram compilados a partir da coleta de dados realizada em bases de teses e dissertações, periódicos científicos e repositórios na etapa 1 (Levantamento bibliográfico), na plataforma Painel Resolveu? vinculado à CGU na etapa 2 (Levantamento de ouvidorias recepcionadas pelas IFES) e nos sítios eletrônicos das universidades federais brasileiras na etapa 3 (Levantamento de estratégias de enfrentamento)

5.1. Tipologias de violência de gênero no ambiente acadêmico

Para esta pesquisa, foram considerados os seguintes conceitos, conforme aparato jurídico brasileiro, em especial a Lei 11340/2006 e o Código Penal Brasileiro:

Violência de Gênero: Qualquer ação ou omissão baseada em gênero que cause sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial;

Violência sexual: Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos

Violência psicológica: qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

Violência Moral: Qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria

Violência física: Qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal;

Estupro: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso;

Racismo: discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (Lei 7.716/89)

Misoginia: Qualquer ação ou omissão em que o agressor manifeste ódio, aversão ou discriminação à ofendida, em razão da condição feminina. (Projeto de Lei 893,2023)

A presente etapa envolveu um levantamento bibliográfico com o objetivo de identificar as tipologias de violência sofridas por mulheres no contexto do ambiente universitário a partir de diversas fontes, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a plataforma SciELO, periódicos eletrônicos e repositórios institucionais vinculados às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). No total, foram analisados 43 documentos, distribuídos conforme descrito na tabela **5.1**.

Tabela 5.1. Levantamento bibliográfico tipologia das violências no ambiente universitário

AMPLITUDE TEMPORAL	TESE	DISSERTAÇÃO	ARTIGO CIENTÍFICO	LIVRO	CAPÍTULO DE LIVRO	RELATÓRIO	MONOGRAFIA	PESQUISA
2010 - 2015		3	2	1		1		1
2016 - 2020	3	6	14		5			
2021 - 2024		4	2	1			2	
TOTAL	3	13	18	2	5	1	2	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Os trabalhos analisados abrangem um período relevante, e as tipologias de violência experienciadas pelas mulheres no ambiente universitário, identificadas a partir desse levantamento bibliográfico, são diversas, destacando violência sexual, de gênero, psicológica, física, estupro, desqualificação intelectual e misoginia.

Figura 5.1Tipologia da violência nas universidades federais brasileiras



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Observa-se a incidência de violências múltiplas na maioria dos trabalhos analisados. Dos 44 trabalhos, 33 apresentaram dois tipos ou mais de violências no ambiente universitário. Destacam-se a violência sexual, de gênero, psicológica, física, estupro e misoginia.

A partir da análise dos documentos, percebe-se a necessidade de centrar esforços em estratégias de diagnóstico do problema, tendo em vista que conhecer a realidade atual do problema contribui para a criação de medidas mais assertivas. Dos 40 instrumentos normativos, analisados, apenas 18 apresentam como medida de diagnóstico a realização de estudos e relatórios a serem apresentados periodicamente à reitoria das universidades.

Essas tipologias corroboram o estudo realizado pelo Instituto Avon (2015) Avon, o qual demonstra a presença das violências identificadas na etapa de levantamento bibliográfico. Segundo o documento, há ocorrência de importunação, assédio e violência sexual, inclusive em situações em que a vítima está alcoolizada, o que caracteriza estupro de vulnerável. O trabalho aponta ainda que os homens não enxergam algumas dessas práticas como violentas e criminosas.

Estudos posteriores realizados por (Almeida, 2017; Bandeira, 2016; Lima e Ceia, 2022; Porto, 2017; Sales, 2019; Schmidt, 2019; Silva, 2018) de fato demonstram que tais práticas

persistem no ambiente acadêmico, sobretudo em trotes, eventos esportivos e festas universitárias.

Maito, D. C, et al (2017, 2024) ressaltam a necessidade de criar parâmetros e diretrizes orientados à construção de políticas institucionais de prevenção e enfrentamento do problema. A estratégia proposta por Capovilla (2016) por outro lado indica a coleta e sistematização de dados sobre a violência nas universidades por meio da estruturação do Observatório de dados sobre violência institucional no âmbito da UFSCAR. A iniciativa dialoga com a urgência em estruturar informação qualificada sobre a temática.

Um ponto sobre o qual deve-se refletir considerando os resultados dessa etapa da pesquisa é que as tipologias de violências identificadas incidem sobre corpos historicamente marginalizados, a exemplo das mulheres, inclusive as negras, transsexuais e com deficiência, impactando negativamente no acesso e permanência estudantil desses grupos vulnerabilizados.

A desqualificação intelectual contra mulheres, a título de ilustração, está presente no cotidiano acadêmico, tanto em sala de aula quanto nos espaços de convivência de forma mais perceptível, constituindo uma experiência recorrente entre estudantes femininas nas Ciências Exatas onde a presença masculina é majoritária conforme apontam (Leal, 2017; Lima, 2023; Melo, 2018; Portela, 2017).

Os docentes, por sua vez, demonstram maior vulnerabilidade ao assédio moral, o qual está relacionado à pressão por produtividade acadêmica. Cenário evidencia a interseccionalidade conforme reflete Crenshaw (2012). Os marcadores de gênero, classe e raça caracterizam a jornada das docentes negras conforme disserta Erika (2019).

Esse múltiplo atravessamento se materializa na distribuição de recursos para a realização de pesquisas, ascensão profissional e obtenção de cargos de chefia e na convivência profissional entre homens e mulheres, especialmente entre docentes negras dentro das universidades (Azevedo, Clemente e Clemente, 2020; Silva, 2019; Souza, 2019; Quadros, 2015).

Colaboradores terceirizados também são suscetíveis a episódios de assédio moral. Esse grupo sequer é considerado como público-alvo em algumas das políticas institucionais de prevenção e enfrentamento da violência de gênero elaboradas pela alta administração das universidades federais.

A respeito das estratégias de intervenção propostas pelos estudos analisados, destacam-se diversas abordagens que compreendem atividades de diagnóstico e sistematização de dados sobre violência dentro das universidades, prevenção e conscientização, articulação e parceria entre a universidade, a sociedade e instituições.

Outras intervenções igualmente importantes são o aprimoramento da publicização dos canais de acolhimento e tratamento das denúncias e da própria política institucional, acolhimento institucional humanizado para as vítimas, capacitação em ética e direitos humanos assim como o aprimoramento e divulgação dos fluxos de acolhimento e tramitação de denúncias além da capacitação dos profissionais de correição das instâncias de apuração e responsabilização.

5.1. Manifestações relacionadas à violência recebidas pelas IFES

O levantamento de manifestações recebidas pelas IFES foi conduzido entre os meses de agosto e setembro de 2024, por meio da plataforma "Resolveu?", vinculada à Controladoria-Geral da União. Essa plataforma centraliza as ouvidorias de 69 das 73 universidades federais, oferecendo dados oficiais que permitem avaliar a evolução dos registros de violência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ao longo do tempo.

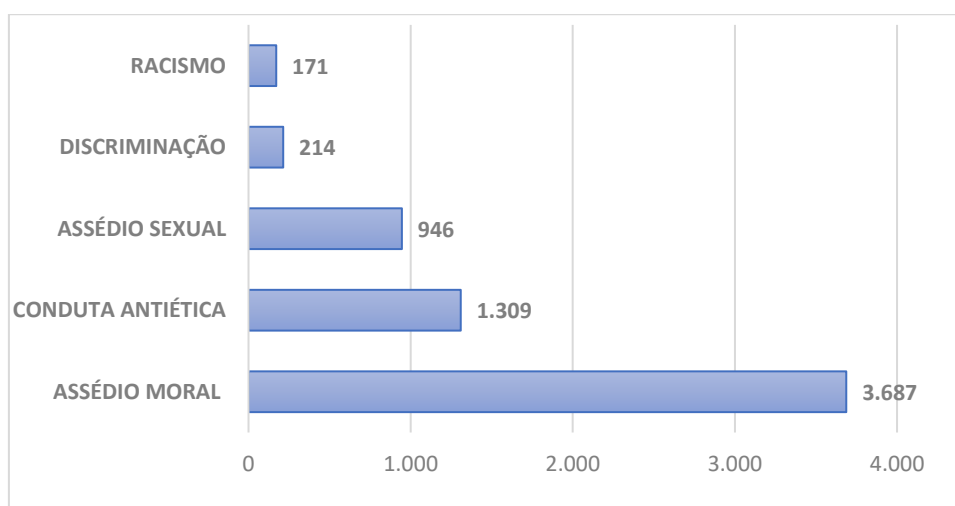
O intervalo de tempo utilizado na pesquisa (2016 a 2024), foi selecionado considerando o marco de 10 anos da promulgação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e representa um marco jurídico importante no enfrentamento da violência de gênero no Brasil.

Essa legislação é considerada pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (Unifem) como uma das três mais avançadas no mundo entre 90 nações que tem alguma normatização relacionada a essa temática segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2010).

Para a coleta dos dados, foram aplicados os seguintes filtros disponibilizados pela plataforma Painel Resolveu? “esfera federal”, “poder executivo”, “instituições de ensino”. No que se refere aos filtros de assunto, de acordo com a disponibilidade de termos presentes na plataforma, os que melhor se enquadraram no escopo da pesquisa e que se destacaram na etapa de levantamento bibliográfico (etapa 1) foram os termos "assédio moral", "assédio sexual", "discriminação" e "racismo".

O termo “conduta ética” embora não tenha se destacado no levantamento bibliográfico, está relacionado a cerca de 1.300 manifestações recebidas entre 2016 e 2024, número expressivo que aponta a necessidade de promover ações de capacitação em ética e Direitos Humanos no âmbito das universidades. Os resultados obtidos nessa fase do estudo são apresentados nos gráficos 5.2.1

Gráfico 5.2.1. Manifestações relacionadas à violência entre 2016 a 2024



Fonte: Painel Resolveu? CGU, adaptado pelo autor, 2024

O gráfico 5.2.1 aponta os tipos de manifestações relacionadas às violências experienciadas pelas mulheres nas universidades. A pesquisa evidenciou a discrepância entre a percepção das formas de violência no ambiente acadêmico e os dados concretos das manifestações recebidas pelas universidades federais entre 2016 e 2024.

Enquanto a bibliografia sugere a predominância de violências sexuais, de gênero, físicas e psicológicas identificadas na parte 1 da pesquisa (Levantamento bibliográfico), na qual o assédio sexual apresentou prevalência nos 44 trabalhos analisados, o levantamento de manifestações por outro lado indica que o assédio moral foi a forma de violência mais denunciada, com 3.687 registros.

Em seguida, condutas antiéticas somaram 1.309 manifestações, e o assédio sexual contabilizou 946 denúncias. Casos de racismo e discriminação, por sua vez, somaram 392 ocorrências, mostrando uma diferença marcante entre as expectativas teóricas e a realidade nas universidades.

Tal discrepância pode estar relacionada à subnotificação de casos, impulsionadas pelo aspecto psicológico relacionado a essas tipologias de violência, à falta de confiança das vítimas na apuração e punibilidade das denúncias evidenciadas pela insatisfação dos usuários que denunciaram episódios de violência na plataforma Painel Resolveu? vinculada à CGU. Apenas 37,14% deles se consideram satisfeitos enquanto que cerca de 42% se declararam muito insatisfeitos.

A subnotificação muitas vezes está relacionada à subjetividade das experiências das vítimas com o ciclo da violência. Pode-se citar como exemplo de subjetividades a dificuldade em assimilar a violência sofrida e a falta de conhecimento das vítimas a respeito da legislação e de medidas protetivas presentes na Lei Maria da Penha (LMP). Segundo o estudo, cerca de 75% das mulheres entrevistadas disseram “conhecer pouco” sobre a LMP.

Estudo realizado por Aguiar (2021) constatou que 86,2% das 119 vítimas de violência sexual atendidas por um serviço de saúde vinculado ao Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC-UFMG) não registraram boletim de ocorrência policial. Além disso, cerca de 73% procuraram tardiamente o serviço de saúde (entre 5 ou mais dias após o episódio de violência).

O cenário é preocupante visto que muitos casos sequer chegam ao conhecimento das instâncias de apuração das IFES. Estudos como o realizado pelo DataSenado (2024) estimam que a subnotificação de casos de violência contra a mulher no Brasil pode atingir até 61% e representa alto grau de importância pois o passo inicial para o planejamento e implementação de estratégias eficazes de enfrentamento é um diagnóstico preciso do problema sobre o qual se pretende intervir.

A subnotificação de casos é uma variável relevante haja vista que o real diagnóstico da violência de gênero no contexto acadêmico pode ser consideravelmente pior do que se sabe conforme aponta Lima e Ceia (2022) e Instituto Avon (2015).

Torna-se necessário garantir na prática a proteção aos denunciantes contra a revitimização e retaliações conforme previsto nas políticas institucionais de prevenção e enfrentamento implementadas ou propostas pelas universidades federais.

A partir dessas considerações é possível, entretanto verificar com base na análise da série histórica das manifestações, que houve crescimento do número de denúncias relacionadas à violência.

A série histórica demonstra crescimento do número de manifestações relacionadas à violência de gênero recebidas pelas IFES entre 2016 e 2024. O número saltou de 4 registros em 2016 para 294 registros em 2024. Nesse panorama destaca-se que em 2019 houve aumento significativo de denúncias (44) em relação ao ano de 2018 (10).

A queda verificada em 2020 que apresentou apenas 28 denúncias pode estar relacionada ao isolamento social em decorrência da pandemia de covid-19. Entretanto, a tendência de crescimento retomou em 2021 (34 registros) e com maior intensidade a partir de 2022 (90 manifestações). Os dados de 2023 e 2024 apresentam aumento expressivo de denúncias saltando para 205 e 294 manifestações, respectivamente.

O levantamento de manifestações trouxe à tona ainda limitações da plataforma Resolveu? vinculada à Controladoria Geral da União (CGU) no que diz respeito à usabilidade, estruturação dos dados, categorização das tipologias de violência merecem atenção por parte dos gestores no que se refere a melhorar a experiência dos usuários.

Outra limitação identificada é a lentidão significativa no processamento dos dados compilados na plataforma, o que demanda muito tempo do pesquisador. Ressalta-se ainda outro ponto importante identificado na etapa de levantamento das manifestações é a falta de informações detalhadas sobre o perfil dos denunciante. Variáveis importantes como faixa etária, sexo, localização, raça e cor não foram informadas em cerca de 80% das manifestações recebidas pelas IFES entre 2016 e 2024.

A falta de informações detalhadas do perfil de vítimas e agressores pode estar relacionada à complexidade que envolve denúncias de violência e os limites jurídicos na exposição de dados sensíveis. Cerca de 80% dos manifestantes não apresentam um perfil detalhado no que se refere à raça e cor.

Essa é uma falha significativa na coleta de dados uma vez que esse recorte é imprescindível para uma análise sistêmica do fenômeno da violência de gênero considerando as múltiplas formas de violência experienciadas pelas mulheres negras na realidade brasileira,

isto é, o cruzamento simultâneo de fatores como gênero e raça conforme apontado por Crenshaw (2012).

Outros dados relevantes do perfil que poderiam ser melhor trabalhados e apresentados na plataforma dizem respeito à variável faixa etária, variável considerável quando se observa a necessidade de adequação da linguagem a ser adotada nas estratégias preventivas e de enfrentamento da violência de gênero.

O tempo de tramitação das denúncias também foi uma contradição identificada. Embora o tempo médio de tramitação das denúncias na Plataforma FalaBR seja de 30 dias, de acordo com relatórios de manifestações recebidos via “Lei de Acesso à Informação” solicitados junto às universidades, há manifestações em aberto a mais de 2 anos sem conclusão. A morosidade no tratamento das queixas evidencia a necessidade de capacitação contínua dos profissionais envolvidos em atividades correcionais.

Uma tramitação mais ágil e humanizada poderia melhorar a percepção de justiça e segurança entre os usuários e a comunidade local, aumentando a confiança destes no sistema institucional de apuração e responsabilização. A respeito do cenário que se revelou a partir dos resultados dessa fase da pesquisa, deve-se considerar ainda a satisfação dos usuários com o serviço prestado pelas instâncias de apuração das IFES

Embora haja porcentagem considerável de manifestações concluídas, cerca de 80%, o baixo nível de satisfação dos usuários indica que os processos correcionais necessitam de aprimoramento. Esse aprimoramento é imprescindível pois impacta diretamente na percepção da comunidade local quanto à relevância da universidade na promoção de uma realidade mais justa socialmente sustentável.

A capacitação contínua em ética e direitos humanos, especialmente para profissionais responsáveis pelo acolhimento e apuração de denúncias. O comportamento de estudantes, que não percebem a ilicitude de atos de violência sexual contra as universitárias, segundo a pesquisa do Instituto Avon de 2015 reflete a necessidade urgente de capacitação em ética e direitos humanos para toda a comunidade acadêmica e sociedade.

5.2. Violência de gênero nas universidades federais brasileiras: estratégias de enfrentamento

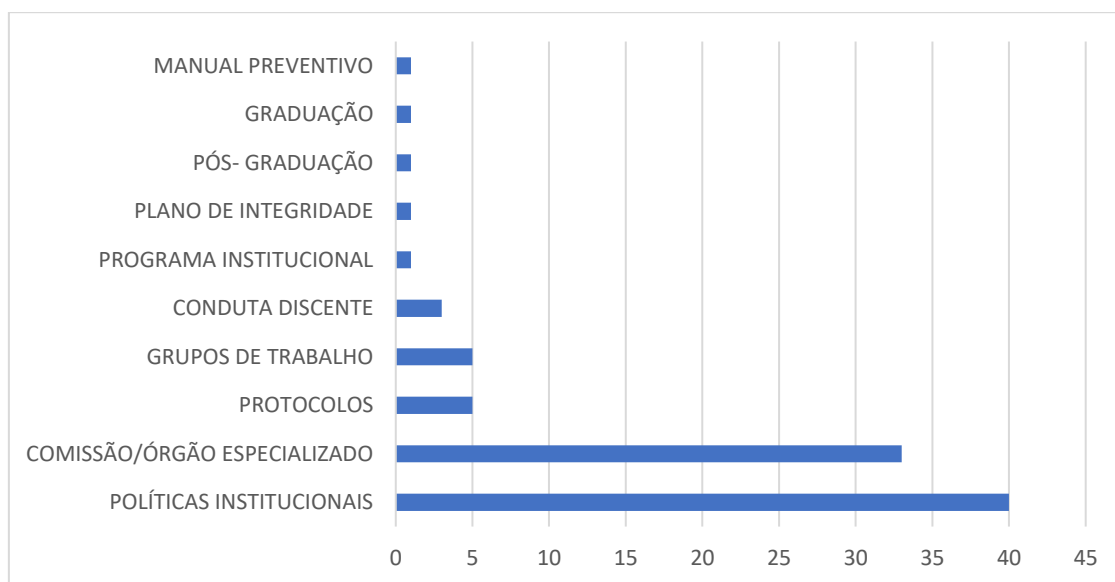
A pesquisa documental, realizada entre março e setembro de 2024, investigou a partir dos sítios eletrônicos das universidades federais brasileiras as ações institucionais promovidas pelas IFES no que tange à prevenção e enfrentamento da violência de gênero.

Esse levantamento teve como objetivo entender quais medidas foram implementadas ou propostas pela alta administração e em quais dimensões (diagnóstico, prevenção, acolhimento, apuração e articulação institucional, monitoramento e avaliação) essas ações se inserem.

Os resultados sintetizados no gráfico 5.3.1 evidenciam que as políticas institucionais representam 43% das ações institucionais. Destacam-se ainda a criação de órgãos e comissões permanentes responsáveis pela operacionalização das políticas, fiscalização, registro e acompanhamento das denúncias de violências ocorridas no âmbito das universidades.

Outra atribuição dessas instâncias é a execução de medidas educativas de caráter preventivo e orientadas para a conscientização da comunidade acadêmica quanto a situações violentas. Essas medidas educativas, aliadas ao viés normativo podem apresentar melhor resultado na prevenção e enfrentamento desse fenômeno.

Gráfico 5.3.1 Estratégias de Prevenção e Enfrentamento da Violência de Gênero IFES



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Os resultados obtidos a partir da análise documental estão apresentados no gráfico 5.3. e apontam a existência de 91 iniciativas presentes em 69 das 73 universidades analisadas. As estratégias identificadas estão distribuídas da seguinte forma: políticas institucionais de

prevenção, combate e ou/ enfrentamento do assédio moral, assédio sexual e discriminação (N=40) sendo que do total 32 estão implementadas, 3 em fase final de elaboração.

Identificou-se ainda a criação formal de grupos de trabalho (N=5) cuja atribuição é a criação de políticas de prevenção e enfrentamento. Identificou-se a implementação de protocolos (N=5) com diretrizes voltadas à prevenção e ao enfrentamento do assédio moral, sexual, à discriminação e ao racismo. A criação de órgãos/comissões especializadas (N=33) que dão suporte à execução das políticas institucionais, programa de acolhimento (N=1) para vítimas de violência ocorridas dentro do campus, plano de integridade (N=1), conduta discente (N=3) e manual preventivo (N=1).

Pode-se afirmar que cerca 54%, isto é, 40 das 73 das universidades federais brasileiras analisadas têm algum tipo de normatização implementada ou em fase de elaboração relacionada à prevenção e enfrentamento da violência de gênero e discriminação. Quanto ao tempo de implementação, percebe-se que as políticas são recentes a seguir, o que impossibilita analisar o impacto desses instrumentos normativos sobre o cenário atual da violência no âmbito acadêmico

Em relação às políticas implementadas pelas universidades federais brasileiras, 44% dos documentos oficiais foram publicados recentemente, entre 2023 e 2024, o que torna prematura uma avaliação do impacto a elas relacionado na comunidade universitária.

O histórico de iniciativas coloca em evidência que a temática da violência de gênero no ambiente acadêmico despertou um interesse significativo a partir de 2016, com pico de implementação de estratégias em 2019 seguida de queda, em decorrência do isolamento social em 2020. Entre 2021 e 2023 percebe-se crescimento do interesse da academia em debater e enfrentar o problema com leve queda da implementação de ações institucionais em 2024.

As políticas públicas institucionais das universidades apresentam similaridades com as políticas governamentais considerando que ambas apresentam um empenho racional de esforços traduzido em um conjunto de decisões centradas no enfrentamento de um problema social.

Diante disso, e observando a impossibilidade de mensurar os impactos da normatização exarada pela alta administração das universidades com o objetivo de prevenir e enfrentar a violência no contexto acadêmico, o acervo de estratégias institucionais foi analisado a partir de

uma adaptação do modelo de ciclo das políticas públicas proposto por Sechi (2016), que abrange desde a identificação do problema até a formulação e avaliação das políticas públicas.

Entre as 40 normativas analisadas, apenas duas contemplam estratégias para as seis dimensões essenciais (diagnóstico, prevenção, acolhimento institucional, apuração e articulação institucional, Monitoramento e Avaliação): a Resolução Nº 07/2024 da UFVJM e a Resolução Nº 684/2024 da UNIR, ambas com medidas abrangentes, mas ainda isoladas em um cenário institucional que carece de instrumentos normativos completos.

A análise realizada considerando as dimensões Diagnóstico, Prevenção, Articulação Institucional, Apuração e Responsabilização, Acolhimento Institucional, Monitoramento e Avaliação, concebida a partir de uma adaptação do ciclo de implementação de uma política pública proposto por Sechi (2016) revelou que 67% dos documentos normativos abordam estratégias de diagnóstico e 75% incluem ações de prevenção e acolhimento institucional.

Em relação à apuração e responsabilização, em 95% das políticas há previsão da criação de órgãos especializados para receber denúncias, mas apenas 45% (18 normativas) mencionam expressamente as sanções disciplinares cabíveis, o que enfraquece a instância de apuração e responsabilização institucional dos casos relacionados à violência e a credibilidade das IFES perante a sociedade e a mídia.

A articulação com entidades externas, como o Sistema Único de Saúde (SUS), órgãos de segurança e assistência jurídica, organizações governamentais e ONGs, se mostrou incipiente. A falta de articulação institucional é uma falha grave nos textos normativos, haja vista que a violência é um problema complexo que demanda engajamento de diversos setores da sociedade e abordagem multidisciplinar.

Outra falha significativa identificada nessa etapa do estudo é a falta de planejamento estratégico e financeiro das ações preventivas e seu alinhamento ao planejamento institucional das universidades, o que coloca em risco a execução dessas medidas a longo prazo e o alcance dos objetivos por elas propostos.

Entretanto, algumas boas práticas institucionais foram identificadas ao longo da elaboração do presente estudo. Entre elas, o curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade da UFBA e o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares em Gênero, Mulheres e Feminismo, pioneiro na América Latina.

A iniciativa se destaca positivamente por constituir ferramenta relevante de formação de docentes e pesquisadores aptos a aplicar as questões de gênero tanto no ensino de graduação quanto na pesquisa da temática, enriquecendo a reflexão e contribuindo para viabilizar a dimensão de diagnóstico do problema e. essas ações contribuem ainda para enriquece a literatura disponível a médio e longo prazo e para a criação de políticas institucionais e públicas mais assertivas.

Outra boa prática que se destaca é a implementação da Política Materna e Parental da UnB, que oferece suporte a estudantes e profissionais em funções parentais. A criação de políticas de suporte à maternidade e parentalidade por sua vez contribui para a permanência e ascensão profissional das mulheres no ambiente acadêmico, haja vista o impacto do “trabalho invisível” na vida acadêmica e profissional das mulheres.

Outras iniciativas dialogam com as limitações identificadas nessa pesquisa. A título de ilustração, a proposta de Capovilla (2016) da criação de um Observatório de dados sobre violência institucional no âmbito da UFSCAR se relaciona tanto com a premente necessidade de dar visibilidade e quanto à necessidade de garantir a acessibilidade a longo prazo de informação qualificada capaz de embasar o processo decisório e a implementação e aprimoramento de ações institucionais.

A gestão da informacional e a automação de serviços de informação implementada no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB) por sua vez dialoga com a necessidade de aprimorar a estruturação e apresentação compreensível dos dados coletados relacionados à violência de gênero. Ambas as iniciativas são ferramentas importantes para assegurar a longo prazo a acessibilidade de informação qualificada capaz de embasar o processo decisório de gestores.

Outro ponto em que os achados do presente estudo dialogam com alternativas de intervenção identificadas diz respeito à necessidade de conscientização/capacitação social anti violência dentro e fora dos limites das instituições federais de ensino superior brasileiras haja vista que há um lapso na percepção do que pode ser considerado violência de gênero tanto por parte das vítimas quanto pelos agressores conforme aponta pesquisa realizada pelo Instituto Avon (2015).

Esse cenário vai ao encontro do mote de atuação do projeto de extensão “Comunica Mulher”, que centra esforços na produção de informação adaptada ao contexto digital para a

prevenção e a conscientização a respeito dos tipos de violência aos quais as mulheres estão suscetíveis no ambiente acadêmico e fora dele.

A disseminação de informação utilitária sobre canais de denúncias e serviços públicos assim como a constante reflexão temática por meio de eventos presenciais representam ferramentas preventivas e de enfrentamento relevantes. Ressalta-se ainda que essa iniciativa observa o aproveitamento do ambiente digital, ainda pouco explorado pelas IFES na execução do seu papel de agente transformador da realidade social da comunidade que as cercam.

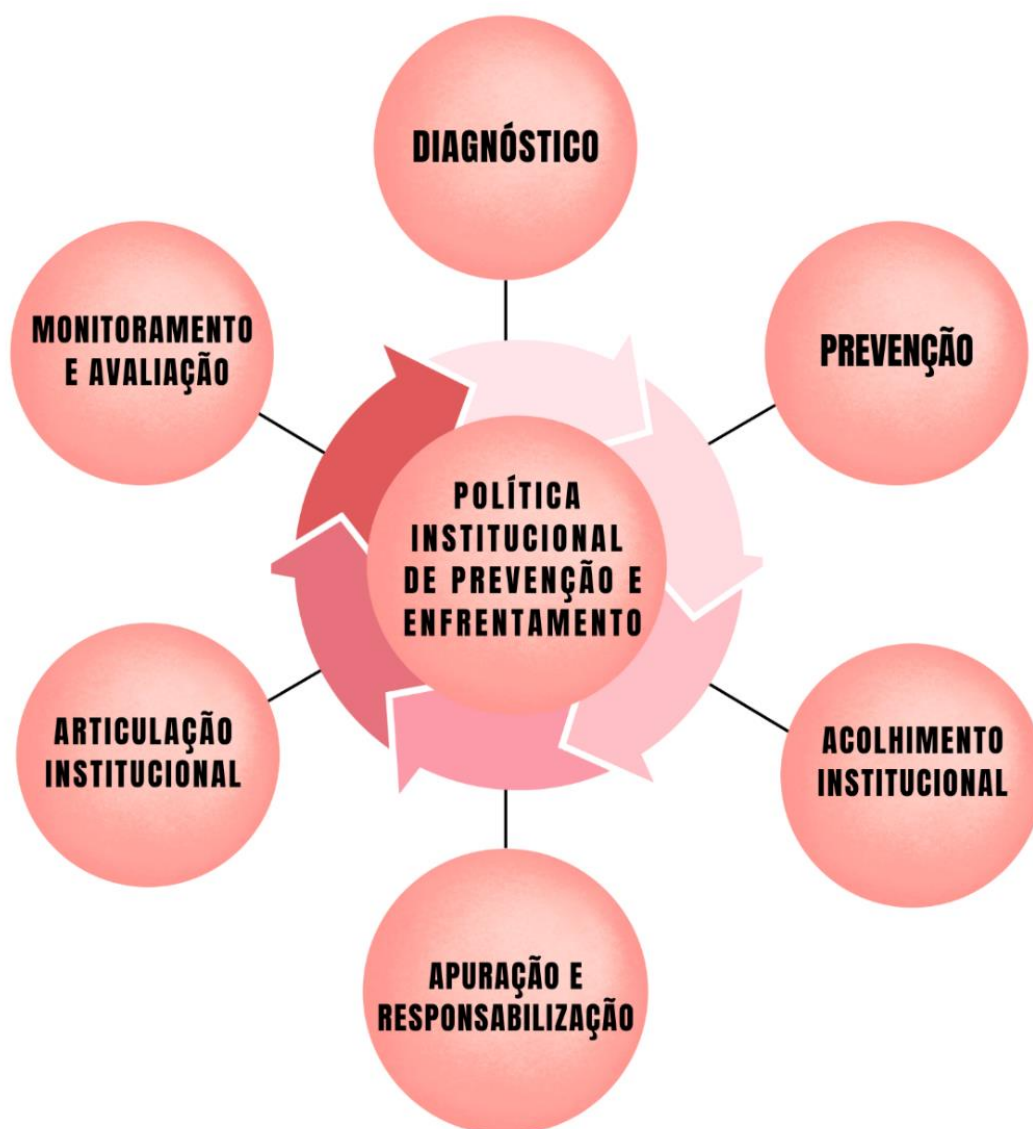
5.4. Violência de gênero nas universidades federais brasileiras: estratégias informacionais

A mediação da informação como estratégia de suporte ao processo decisório de políticas institucionais de enfrentamento assume papel central no planejamento estratégico institucional. Relaciona-se à gestão informacional a necessidade de implementar a coleta qualificada de dados, organização e disseminação da informação em contexto digital para o correto diagnóstico da realidade e acessibilidade a longo prazo de informações institucionais.

Partindo dessa premissa, torna-se claro o papel relevante dos profissionais bibliotecários e da Ciência da Informação na mediação, organização e gestão informacional da produção científica relacionada à violência de gênero no âmbito das universidades federais brasileiras.

A partir da análise do texto das políticas institucionais foi possível identificar uma série de ações que podem ser enquadradas em seis dimensões: Diagnóstico, Prevenção, Acolhimento, Apuração e Responsabilização e Monitoramento e Avaliação. Os resultados estão ilustrados na figura 5.4.1 a seguir.

Figura 5.4.1 Dimensões das ações informacionais nas políticas de prevenção e enfrentamento IFES



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das políticas institucionais, 2025

Conforme demonstra a figura 5.4.1, as ações informacionais previstas nas políticas institucionais de enfrentamento implementadas e ou propostas pelas universidades federais brasileiras podem ser categorizadas em seis dimensões que compreendem o diagnóstico, a prevenção, acolhimento das vítimas, apuração e responsabilização dos casos, articulação institucional, monitoramento e avaliação.

Deve-se destacar a presença ações informacionais nas quais os profissionais podem contribuir. Elas se enquadram principalmente nas Dimensões Diagnóstico e Prevenção (quadro haja vista que concentram a possibilidade de, por meio da mediação cultural da informação,

assumir papel estratégico na desnaturalização da violência tanto na sociedade, quanto no contexto acadêmico. Elas são apresentadas no quadro 5.4.2. e 4.2.3.

Quadro 5.4.2. Categorias das ações informacionais nas políticas de prevenção e enfrentamento IFES

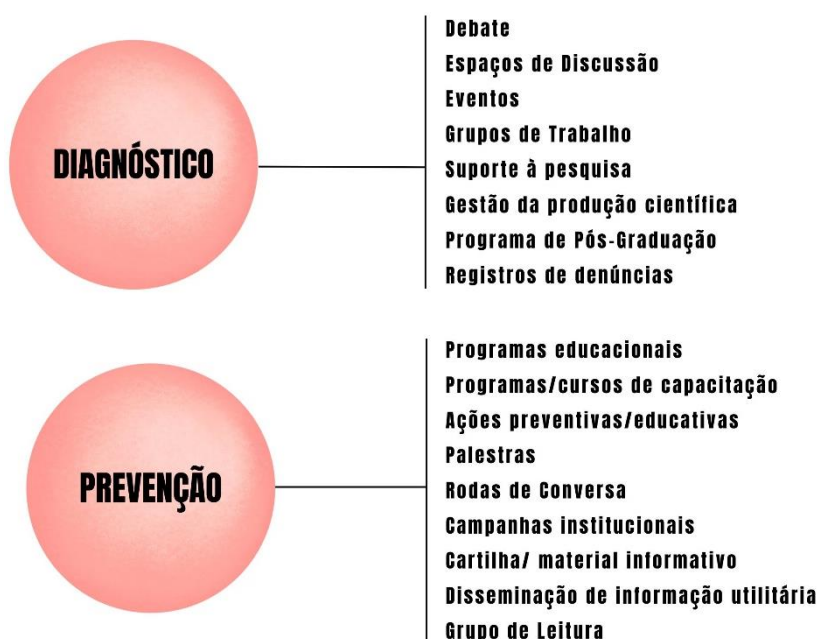
DIMENSÃO	ESTRATÉGIA	SETOR RESPONSÁVEL
DIAGNÓSTICO	• Estudos • Debate • Espaços de Discussão • Eventos • Relatórios periódicos • Grupos de Trabalho • Pesquisas • Coleta e sistematização de dados • Núcleos de Estudos temáticos • Graduação • Programa de Pós-Graduação • Registros de denúncias	• Comissões • Órgãos permanentes • Comitês • Ouvidoria • Coordenação de Curso
PREVENÇÃO	• Programas educacionais • Programas/cursos de capacitação • Ações preventivas/educativas • Palestras • Rodas de Conversa • Campanhas institucionais • Cartilha/ material informativo • Manuais de Conduta/Ética • Grupo de Leitura • Projetos de Extensão universitária • Divulgação/disseminação de informação utilitária • Diretrizes e normas de conduta • Dia de mobilização universitária contra a violência	• Comissões • Órgãos permanentes • Comitês • Órgãos de Assistência estudantil/servidores
ACOLHIMENTO	• Orientação • Escuta qualificada e empática • Atendimento psicológico • Atendimento multidisciplinar • Programa • Protocolos	• Comissões • Órgãos permanentes • Comitês • Órgãos de Assistência estudantil/servidores • Projetos de extensão universitária

APURAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO	• Fluxo de denúncia • Protocolos e diretrizes • Canais de denúncia • Capacitação profissionais de correição • Protocolo	• Comissões • Órgãos permanentes • Comitês • Ouvidoria • Comissão de Ética • Reitoria
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	• Parcerias entre instituições	• Reitoria • Comissões • Órgãos permanentes • Comitês
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	• Relatórios anuais • Pesquisa de clima organizacional • Diagnóstico institucional • Registro e acompanhamento de denúncias	• Ouvidoria • Comissões • Órgãos permanentes • Comitês

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

No que se refere à dimensão de Diagnóstico, destacam-se os eventos e espaços de discussão nos quais o objetivo é estimular a reflexão sobre a violência de gênero. Essa dimensão apresenta grande relevância para o planejamento e aprimoramento das ações institucionais. Outras ações importantes para promover a conscientização/capacitação nas comunidades acadêmica e local estão sintetizadas e categorizadas conforme a figura 5.4.3.

Figura 5.4.3. Categorização ações informacionais IFES



Fonte: Elaborada pelo autor, 2025

Outras ações significativas enquadradas nessa dimensão e que contribuem para o diagnóstico são a coleta e sistematização de dados cuja necessidade de otimização se tornou evidente nas etapas 1 (levantamento bibliográfico e de manifestações) desta pesquisa e vão ao encontro do que constata Côrtes, Araújo e Silva (2014).

Sobre as ações de pesquisa, identifica-se a necessidade de dar maior visibilidade ao conhecimento produzido pelos grupos de trabalho e núcleos de estudos temáticos tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade. Uma medida racional e efetiva consiste na aprimoração das políticas a partir do conhecimento produzido nessas unidades.

No que se refere às ações que estão relacionadas à dimensão Prevenção, destacam-se as ações e programas formativos/educacionais e de capacitação, a criação e disseminação de materiais informativos e campanhas institucionais cujo mote de atuação a longo prazo contribui para a desnaturalização da violência, autopercepção da comunidade acadêmica sobre condutas impróprias e criminosas que violam os direitos femininos.

Merecem destaque ainda a criação de grupos de leitura e criação de um dia temático voltado à mobilização da comunidade acadêmica contra a violência de gênero. A contribuição dos projetos de extensão universitária estimula a conscientização e engajamento entre os segmentos que compõem a universidade e devem se estender à comunidade local.

Os projetos de extensão geram aproximação entre a universidade e comunidade local e impacto positivo quanto à capacitação social sobre a VG, a exemplo do projeto de extensão “Comunica Mulher”, vinculado à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Outro ponto nevrálgico, mas pouco explorado na maioria das políticas institucionais diz respeito à divulgação de informação utilitária e da própria política de enfrentamento. Apenas 8 (24%) das 33 políticas analisadas apresentaram a divulgação como estratégia preventiva.

Sobre a dimensão Acolhimento, as ações identificadas abrangem desde a orientação das vítimas e da comunidade acadêmica, escuta qualificada e empática, atendimento psicológico e multidisciplinar, assim como a criação de protocolos específicos para o atendimento das vítimas de violência no âmbito das universidades federais.

A respeito da dimensão Apuração e Responsabilização, as políticas institucionais mencionam ações voltadas à capacitação dos profissionais que atuam nas instâncias de recepção e tratamento das denúncias, criação de protocolos, do fluxo de processos e de denúncia. Ressalta-se que um achado desta pesquisa que corrobora a necessidade de implementação dessas ações é que apenas 45% (18) das políticas apresentam explicitamente as sanções disciplinares cabíveis aos casos de violência.

Quanto à dimensão Articulação institucional, a criação de parcerias estratégicas com setores da sociedade e organizações governamentais e não governamentais, embora seja uma estratégia relevante, consta em apenas 3 das 33 políticas analisadas.

Este cenário evidencia uma falha considerável uma vez que torna explícita a falta de interação entre as universidades e a comunidade local no enfrentamento de um problema que não surgiu de forma isolada, mas que ao contrário reflete as próprias falhas presentes na sociedade e demanda ação articulada e multidisciplinar de enfrentamento.

Por fim a dimensão Monitoramento e Avaliação compreende ações informacionais centradas na criação de relatórios, pesquisa de clima organizacional, diagnóstico institucional das ações implementadas e sobre o tema da violência de gênero no âmbito das universidades bem como o registro e acompanhamento dos registros de denúncias.

O levantamento e sistematização desses dados é crucial para viabilizar o aprimoramento das políticas existentes garantindo maior assertividade no alcance dos objetivos previstos nos textos normativos e ações institucionais de prevenção e enfrentamento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa foi possível constatar que o acesso da mulher ao ensino superior foi tardio e que sua jornada ainda é marcada por desafios influenciadas pelos papéis de gênero naturalizados, mas que na verdade são construções sociais que restringem suas potencialidades acadêmicas e profissionais conforme dissertam (Haraway, 1995; Shienbiger, 2017; Rabelo, 2019).

Os recortes de classe, gênero e raça, e outros marcadores sociais da diferença, se entrelaçam e criam opressões múltiplas na experiência acadêmica e profissional das mulheres docentes negras, sob a forma de racismo institucional, das mulheres socialmente

vulnerabilizadas, trans e com deficiência. Cenário que corrobora a ação da interseccionalidade, conceito desenvolvido por Crenshaw (2012) e o entendimento de Caires (2010), Silva, (2019) e Melo (2018) a respeito da temática.

Esta pesquisa, estruturada em duas etapas, possibilitou compreender a dinâmica da violência de gênero no contexto acadêmico e revelou a urgência em aprimorar as estratégias normativas adotadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Os achados relacionados à violência física, sexual e ao assédio sexual indicam o impacto desses episódios violentos na saúde mental, física e jornada estudantil conforme refletem Bandeira (2011) e ocorrem nos espaços de convivência, na sala de aula e no caso da violência sexual, nos eventos esportivos, festas universitárias e trotes. A respeito do assédio moral, apreende-se que as docentes e colaboradores terceirizadas estão mais suscetíveis nas relações de trabalho com as universidades.

A violência psicológica na experiência feminina se traduziu, além dos episódios de assédio moral, na desqualificação intelectual impulsionada pela misoginia de estudantes matriculadas em cursos de Ciências Exatas e no capacitismo contra mulheres com deficiência.

É preciso ressaltar que todas as tipologias de violência identificadas, incluindo o assédio moral e sexual quando cometidos contra mulheres perpetuam e materializam a hierarquia que as inferioriza em relação ao homem na sociedade e devem ser firmemente desnaturalizadas e enfrentadas.

Os dados da **Etapa 1**, apontam discrepância entre as violências moral e sexual experienciadas pelas mulheres na academia e à distribuição do número de manifestações relacionadas à essas violências no âmbito acadêmico apuradas através da plataforma Painel Resolveu? Vinculado à CGU entre 2016 e 2024.

Conclui-se que concorrem para esse cenário duas variáveis: a subjetividade relacionada aos episódios envolvendo violência sexual e assédio moral conforme dissertam Porto (2017) e Lima e Ceia (2022). Atente-se ainda que a essa conjuntura soma-se a subnotificação de casos identificada pelo Instituto Data/Senado e que pode chegara até a 61% dos casos registrados.

Por outro lado, a falha na coleta dos dados relacionados pode estar relacionada também à falta de preparo dos profissionais de acolhimento, apuração e responsabilização das

universidades federais. Essa fragilidade salta aos olhos quando se observa o baixo índice de satisfação dos usuários que denunciaram episódios violentos na plataforma Painel Resolveu?

Apenas 37% dos denunciantes se consideraram satisfeitos com a condução dos casos. Outro ponto que reforça a fragilidade da instância de Apuração e Responsabilização é o fato de que não é possível construir um perfil detalhado das pessoas que relataram ter vivenciado algum tipo de violência no contexto acadêmico. Ressalta-se que a falta de um diagnóstico preciso dificulta o planejamento de ações institucionais assertivas.

Algumas sugestões para mitigar os efeitos negativos dessa fragilidade na compilação e gestão dos dados relacionados à VG incluem a capacitação permanente dos profissionais de correição e acolhimento. Essa intervenção também surtiria efeito positivo na prevenção da revitimização contra as denunciantes e na promoção de acolhimento humanizado, com vista à garantia da efetividade dos direitos femininos.

Na **Etapa 2**, a análise das políticas institucionais revelou um crescimento expressivo do interesse acadêmico pela temática, principalmente nos anos de 2023 e 2024, período que concentra 44% das políticas de prevenção e enfrentamento. Esse viés normativo enquanto ação institucional, é defendido por Maito, *et al*, (2024) que se debruçaram sobre a tarefa de elaborar diretrizes e parâmetros subsidiários à construção de políticas institucionais.

Apesar do avanço normativo ser um marco importante, apenas 67% dessas políticas contemplam estratégias de diagnóstico do fenômeno da violência no contexto acadêmico, o que enfraquece o processo decisório e o planejamento institucional.

Outra fragilidade considerável é que apenas 47% das políticas apresentaram clareza quanto às sanções disciplinares cabíveis o que indica a necessidade de aprimorar processos correccionais e capacitação dos profissionais envolvidos. Percebe-se ainda o caráter isolado das ações informacionais e falta de articulação, uma abordagem estratégica considerando a complexidade desse fenômeno social e informacional.

A esse respeito, ressalta-se que as ações informacionais categorizadas na dimensão Diagnóstico dialogam com estratégias que podem ser construídas coletivamente com a contribuição das bibliotecas universitárias e dos profissionais da informação.

Pode-se exemplificar o rol dessas intervenções que abrangem a criação de espaços de diálogo, gestão da produção científica das IFES, de eventos, suporte à pesquisa, rodas de conversa, elaboração de material informativo com linguagem, etc.

Quanto à dimensão de Prevenção, o rol de ações informacionais inclui capacitação permanente da comunidade local e acadêmica acerca dos direitos femininos, programas e cursos educacionais, programas educacionais, programas/cursos de capacitação, ações preventivas/educativas, palestras, rodas de conversa, campanhas institucionais, cartilha/material informativo, disseminação de informação utilitária e grupo de leitura.

Diante desse cenário, recomenda-se a integração das ações informacionais preventivas aos planos estratégicos das universidades, com previsão orçamentária e organização em calendários temáticos permanentes e o fomento de parcerias com a sociedade, organizações governamentais e não governamentais.

A partir da execução da pesquisa quanto à dificuldade de se obter dados qualificados a respeito da VG no âmbito acadêmico, recomenda-se a criação de um observatório integrado com vistas a centralizar e disponibilizar a longo prazo acesso à produção científica e das ações institucionais relacionadas à temática produzidas pelas IFES.

Propõe-se ainda que todo esse arcabouço esteja pautado pela atuação política e situada dos profissionais de informação, atentando-se para a realidade da comunidade na qual estão inseridos. Essas recomendações se justificam no fato de que apenas o viés normativo não é suficiente para fazer frente à complexidade da violência de gênero, conforme reflete Limna, (2018), haja vista sua raiz sociocultural.

Diante disso, e considerando a autopercepção muitas vezes tardia sobre o que se configura como violência, tanto por parte das vítimas quanto por seus agressores, conforme aponta o Instituto Avon (2015), conclui-se que centrar esforços em estratégias preventivas é uma abordagem racional que pode proporcionar medidas eficazes.

Por último, recomenda-se a formação de um comitê permanente interinstitucional, com previsão de recursos específicos para ações de prevenção e enfrentamento da violência de gênero, promoção da autonomia financeira das mulheres e de estímulo à inserção mulheres em cargos de liderança, acolhimento institucional e orientação jurídica, de modo a consolidar o

papel das universidades como agentes transformadores de uma sociedade mais segura e equitativa para as mulheres.

O presente estudo torna explícito o papel central dos profissionais bibliotecários, da Ciência da Informação e da universidade na construção de ambientes acadêmicos mais seguros e informados e sua atuação proativa reflete a conscientização de seus papéis enquanto agentes de transformação social.

A aplicação de técnicas biblioteconômicas na representação da informação e do conhecimento, da gestão informacional das ações institucionais de prevenção e enfrentamento bem como da produção científica das IFES sobre a violência de gênero e da promoção da mediação cultural consciente da informação, inclusive em ambiente digital, como estratégia orientada para a desnaturalização da violência de gênero, constituem contribuições possíveis da Biblioteconomia para a prevenção e o enfrentamento desse grave problema que assola a sociedade brasileira.

Além disso, a CI da informação pode contribuir para a reflexão da temática assumindo os marcadores sociais da diferença como um campo de interesse de pesquisa haja vista o impacto do contexto sociocultural e político, presentes no imaginário social e que se manifestam materialmente não apenas na violação dos direitos femininos em todos os espaços, mas também nos processos de produção, disseminação e apropriação da informação por parte dos usuários, principalmente no ambiente digital.

Ao evidenciar lacunas, avanços e contradições no enfrentamento da violência de gênero nas universidades federais brasileiras, esta pesquisa contribui significativamente para a produção científica, ressaltando a importância de políticas institucionais robustas, baseadas em dados qualificados, planejamento estratégico e ações informacionais permanentes.

Apesar de suas contribuições, este estudo apresenta limitações que devem ser exploradas por estudos futuros. Em primeiro lugar, a amostra incluiu exclusivamente universidades federais brasileiras. Deve-se investigar a status desse problema social no contexto dos Institutos Federais de Ensino, cuja realidade pode apresentar especificidades importantes.

Em segundo lugar, não foram realizadas entrevistas com gestores institucionais nem com discentes, impossibilitando a coleta de percepções subjetivas sobre a violência de gênero.

A ausência de estudos recentes a nível nacional sobre a percepção discente acerca da violência é notável, sendo o último levantamento de grande projeção datado de 2015 (Instituto Avon), o que reforça a necessidade de novas pesquisas voltadas a esse público.

É preciso destacar a importância de aprofundar a análise sobre a relação entre racismo estrutural, demais formas de discriminação e a evasão de grupos minorizados no ensino superior. A sub-representação feminina na ciência, especialmente de mulheres negras, e a interseccionalidade entre gênero e raça também são elementos que carecem de maior investigação para a construção de uma abordagem sistêmica e plural sobre a violência de gênero nas universidades federais brasileiras.

Recomenda-se, assim, a realização de estudos complementares que explorem:

- 1) a subnotificação dos casos e seus impactos no planejamento estratégico institucional;
- 2) a relação entre o racismo estrutural e demais formas de discriminação e a evasão de discentes minorizados;
- 3) a capacitação de profissionais correccionais para um atendimento humanizado às vítimas;
- 4) a interoperabilidade entre sistemas de denúncia e bases informacionais, respeitando os limites legais. e
- 5) As estruturas que perpetuam a sub-representação das mulheres na Ciência.

7. REFERÊNCIAS

ACQUOLINI, N.; SOUSA, R. S. C. Práticas informacionais no Instagram que desvelam violências contra as mulheres. In: FÓRUM DE ESTUDOS EM INFORMAÇÃO, CIÊNCIA E SOCIEDADE, 2023. Anais [...] IV Fórum de Estudos em Informação, Ciência e Sociedade, 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/feisc/index.php/feisc/article/view/168>. Acesso em: 16 jun. 2025.

AGENCIA BRASIL. Nobel completou 120 anos premiando poucas mulheres e nenhum brasileiro. Disponível em em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-10/nobel-completou-120-anos-premiando-poucas-mulheres-e-nenhum-brasileiro>. Acesso em: 14 set. 2024.

AGÊNCIA SENADO. DataSenado: 75% das brasileiras afirmam “conhecer pouco” sobre Lei Maria da Penha. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/03/07/datasenado-75-das-brasileiras-afirmam-201cconhecer-pouco201d-sobre-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 16 set 2024.

AGUIAR, Raíza de Almeida. Atendimento às Vítimas De Violência Sexual Do Hospital Das Clínicas Da Universidade Federal De Minas Gerais: Quem São Essas Meninas E Mulheres? 2021. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFMG_5b642f9563c73d9c124465e656e9709a. Acesso em: 16 jul. 2025.

ALCÂNTARA, Fernanda H. C. “O nascimento da observação social sistemática com Harriet Martineau”. Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v. 17, n. 01, p. 176-190, 2022.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de . Violências contra mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS et al. Mulheres e violências: interseccionalidades. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. (p. 384-399).

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). Mediação Oral da Informação e da Leitura. Londrina: Abecin, 2015. p. 9-32.

ALMEIDA, Suely Souza de Almeida (Org). Violência de gênero e políticas públicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

AZEVEDO, L. R.; CLEMENTE, F. da S.; CLEMENTE, M. da S. GÊNERO E SAÚDE MENTAL: Um Olhar sobre as Mulheres Negras Professoras Universitárias. Revista Feminismos, [S. l.], v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42425>. Acesso em: 22 set. 2024.

BANDEIRA, Lourdes. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloísa. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 293-314.

BARSTED, Leila L. Violência de gênero e políticas públicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 119-137.

BBC NEWS BRASIL. 'Pela primeira vez na História, machismo é maior entre mais jovens', diz pesquisadora. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c7vr69pr2j3o>. Acesso em: 16 jul. 2025.

BELLINI, Daniela Mara Gouvêa. Violência contra mulheres nas universidades: contribuições da produção científica para sua superação (SciELO e Web of Science 2016 e 2017). 2018. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SAMPAIO, Denise Braga; SANTOS, Izabel Lima dos. As bibliotecas públicas e o enfrentamento à violência contra as mulheres: um olhar sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5. In: ROMEIRO, Nathália Lima (Org.). Informação, diálogos e ações para enfrentamento à violência contra meninas e mulheres. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2022. (Selo Nyota). p.291-311.

Brasil. Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, 2006.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – O Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas. Brasília, 2003.

_____. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2006, v.11, suppl., p. 1259-1267. ISSN 1413-8123.

_____. Ministério das Mulheres. Pesquisa inédita mostra como influenciadores lucram com conteúdos misóginos no YouTube. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/dezembro/pesquisa-inedita-mostra-como-influenciadores-lucram-com-conteudos-misoginos-no-youtube>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CAMPELLO, B. S.. Fontes de informação utilitária em bibliotecas públicas. *Revista De Biblioteconomia De Brasília*, 22(1), 35–46, 1998. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46133>. Acesso em: 16 set. 2024.

CARDOSO, Vanessa Nunes. A mediação da informação no enfrentamento à violência contra as mulheres: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 1994 a 2021. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Reflexões sobre bibliotecas e mediação cultural da informação no enfrentamento à violência contra as mulheres. *Divulga-CI – Revista de Divulgação Científica em Ciência da Informação*, v. 1, n. 10, dez. 2023. Disponível em: <https://www.divulgaci.labci.online/v-1-n-10-dez-2023/reflexoes-sobre-bibliotecas-e-mediacao-cultural-da-informacao-no-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-por-luciane-de-fatima-beckman-cavalcante/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CITELLI, Adilson Odair; SOARES, Ismar de Oliveira; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Educomunicação: referências para uma construção metodológica. *Comunicação & Educação*, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 2, p. 12–25, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v24i2p12-25. Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/165330>. Acesso em: 26 jul. 2025.

CHEVROLET BRASIL. Chevrolet Tracker | #ADONASOUEU | Isadora Nogueira. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Tf_wu8IMzHc. 2022. Acesso em 18 jul. 2025.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010.

COLLINS, Patrícia. “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. Revista Sociedade e Estado, Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016. [texto de apoio: COOPER, Anna Júlia, "Discussion of the Same Subject [The Intellectual Progress of the Colored Women of the United States since the Emancipation Proclamation]”, pp. 711-15 Disponível em inglês em: <https://documents.alexanderstreet.com/d/1000677202>]

COLONO, B. A.; CAVALCANTE, L. DE F. B.; CÔRTEZ, G. R. Gênero e Mediação: as mulheres da Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento. **Folha de Rosto**, v. 9, n. 2, p. 112-143, 21 jan. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/972>. Acesso em: 16 Jul. 2025.

COMUNICA MULHER. Projeto de extensão universitária que produz informação para a comunidade acerca do combate à violência doméstica. 01 out. 2020. INSTAGRAM. @comunicamulher_. Disponível em: <https://www.instagram.com/comunicamulher/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

CONNELL, Raewyn. “A iminente revolução na teoria social”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 27(80), p. 9-20, 2012.

CONNEL, R. O Império e a criação de uma Ciência Social. In: Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar, v. 2 n. 2 (2012), Julho - Dezembro de 2012, p. 309-336.

CORTES, G. R.; ARAUJO, W. J.; SILVA, D. L. Sistema atende mulher: sistema de informação no centro de referencia da mulher ednalva bezerra. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 2, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/322974>. Acesso em 11 set. 2024.

SILVA, Érika Costa. Trajetória profissional de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília (UnB): estratégias e resistências. 2019. 101 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

COSTA, M. P. Serviço de informação para a comunidade, medidas de engajamento em redes sociais e o combate à desinformação. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 9, n., 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/66220>. Acesso em: 16 set. 2024.

CNN BRASIL. Polícia conclui que estudante da UFPI foi vítima de feminicídio dentro da universidade. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policia-conclui-que-estudante-da-ufpi-foi-vitima-de-feminicidio-dentro-da-universidade/>. Acesso em: 16 set. 2024.

CNMP. Brasil ocupa o 7º lugar no ranking de assassinatos de mulheres no mundo. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/232-direitos-fundamentais/6556-brasil-ocupa-o-7-lugar-no-ranking-de-assassinatos-de-mulheres-no-mundo#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20estudo,92%20mil%20mulheres%20no%20Brasil..> Acesso em: 16 de set. 2024.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Pánel: Cruzamentos raça e gênero. Ação Educativa - Relações Raciais (1ª edição), 2012.

DIEESE. Trabalho doméstico. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>. Acesso em: 11 Jul. de 2024.

DUARTE, A. R.; FINCO, D.. Desafios da Inserção de Gênero na Formação Inicial a Partir das Experiências de Professoras Acadêmicas Feministas. Mediações, v. 29, n. 2, p. e48937, maio 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mediacoes/a/GKCLRMv3fLZcLYzs7kX5TJt/?lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2025.

ENGELS, Friedrich. A Origem da família, da propriedade Privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. In Coleção Perspectivas do Homem. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/333537/mod_resource/content/0/ENGELS_A%20origem%20da%20familia.pdf. Acesso em: 12 fev. de 2024.

ESSADO, Felipe Maia Flores; et al. O papel da mulher nas propagandas automobilísticas entre os anos 2012 e 2016. In: Colóquio de Apresentação de Produções Acadêmicas, 5, 2018. Disponível em: <https://cappa.fic.ufg.br/p/25035-anais-do-5o-cappa-ano-2018>. Acesso em: 18 jul. 2025.

FGV/IBRE. Quanto vale o amor materno? Apenas abraços e beijos?. Disponível em: https://blogdoibre.fgv.br/posts/quanto-vale-o-amor-materno-apenas-abracos-e-beijos#_ftnref1. 2023. Acesso em: 15 ago. 2024.

FIGUEIREDO, N. M. de. Textos avançados em referência e informação. São Paulo: Editora Polis, 1996.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em: 16 jun. 2025.

FURLANETO, Audrey. "Virou moda ter elenco multirracial". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 out. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2510200918.htm>. Acesso em: 119 jul. 2025.

G1. Professora negra da UFBA que teve vaga por cotas retirada pela Justiça é readmitida na instituição. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2025/04/25/professora-que-teve-vaga-por-cotas-retirada-volta-para-a-ufba.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2025.

GONZALEZ, LÉLIA. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.** Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8891668/mod_resource/content/1/Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira.pdf. Acesso em: 11 mai. 2025.

GRANT, M. J.; BOOTH, A. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health Information and Libraries Journal*, v.26, p.91-108, 2009.

GUARALDO, T. S. B.; SANTOS, C. R. G.; AVELINO, C. M. Desenvolver competências na universidade e sociedade: o enfrentamento à violência contra a mulher. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, n. 2, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1628>. Acesso em: 11 mai. 2025.

HAMLIN, C. L.; WEISS, R. A.; BRITO, S. M. “Por uma sociologia polifônica: introduzindo vozes femininas no cânone sociológico”. *Sociologias*, v. 24, n 61, p. 26–59, set. 2022.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Situando diferenças, v.5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020/31102009-083336haraway.pdf>. Acesso em: 03 ago.2025.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. Violência contra a mulher no ambiente universitário. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contr-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/>. Acesso em: 09 set. 2023.

LEAL, D. F. Silva, et al. Gênero e assédio moral no trabalho: Cenário das universidades brasileiras. In: STEVENS et al. Mulheres e violências: interseccionalidades. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. (p. 412-422).

LIMA, Raissa Ribeiro. Enfrentamento à violência contra as mulheres nas universidades federais brasileiras. 2023. 119 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

LIMA, M.; CEIA, E. Violência de gênero nas universidades: um panorama internacional do problema. Em: Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. Brasília: OAB, 2022. p. 554. (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

LIMNA, Amannda de Sales. “Não vai ter juiz, nem delegado que vai proibir eu de matar.”: uma análise dos processos de feminicídio íntimo do Tribunal do Júri de Ceilândia/DF (2012-2016). 2018. 139 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

LONZA, Gabriel Battazza. A educação das mulheres no Brasil: Nísia Floresta e a experiência do Colégio Augusto (1838-1849). 2019. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22730/2/Gabriel%20Battazza%20Lonza.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

LOURENÇO, Bruna Scanavachi. O papel das mulheres nas propagandas de cerveja e a importância da crítica feminista. Scielo em Perspectiva, 2023. Disponível em:

<https://pressreleases.scielo.org/blog/2023/04/12/o-papel-das-mulheres-nas-propagandas-de-serveja-e-a-importancia-da-critica-feminista/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

KRISTIENSEN, Ingrid; CAETANO, Silva de Oliveira. **Lampiar - Mossoró - v. 03 n. 01 – Fev. 2024**. Violência sexual contra a mulher indígena brasileira: a história construída na dor infringida aos seus corpos do passado colonial à contemporaneidade. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/LAMP/article/view/5875>. Acesso em: 16 set. 2024.

MACEDO, R. M.; MEDEIROS, T. M. DE. Marcadores sociais da diferença, interseccionalidade e saúde coletiva: diálogos necessários para o ensino em saúde. **Saúde em Debate**, v. 49, n. 144, p. e9507, jan. 2025. Marcadores sociais para o cuidado em saúde. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/HjCmwPDynQscSJ5DL5GMsYN/>. Acesso em 16 jul. 2025.

MAITO, Deíse Camargo et al. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. *Interface*, Botucatu, v. 23, e180653, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/NyCb9wTJ8YfxBqDmNvbFF9K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2024.

Maito DC. Parâmetros teóricos e normativos para o enfrentamento à violência contra as mulheres na Universidade de São Paulo [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2017.

MALUF, Mariana; MOTT, Maria Lúcia. Recôndito do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belleépoque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 368- 421.

MARQUES, S. S. et al.. Repercussão da Campanha do Conselho Federal de Psicologia sobre Violência contra Mulheres. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 44, p. e265134, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/yq7wQmkrrpqMTQnv4Z9fFY3x/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2025

MARTINEAU, Harriet. *Como observar morais e costumes* (1898).

MEDEIA.INFO. Rede de enfrentamento à violência de gênero. [Reels]. 31 jul. 2025. INSTAGRAM. @medeiainfo. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DMviCKTvahM/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

MELO, Augusta Santos de. Mulheres com deficiência no ensino superior: tendências a partir de trajetórias no contexto da universidade pública. 2018. 278 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Teses de Doutorado - Serviço Social, universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2018.

MINAYO, MCS; SOUZA, ER. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 1999, vol.4, n.1, pp.7-23

MOREIRA, Cíntia Carla Schwantes; Andrade, Vanessa Carvalho de. Mulheres no campo da pesquisa em Física e Ciências Exatas na contemporaneidade. In: STEVENS et al. Mulheres e violências: interseccionalidades. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. (p. 445-456).

OAB. Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. Disponível em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas#modal-publicacao>. 2022.

OLIVEIRA, Caroline; ROMERO, Maria. Feminicídio na UFPI: mestrando estuprou estudante após matá-la e fez fotos de vítima sangrando, conclui inquérito. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/02/06/feminicidio-na-ufpi-mestrando-estuprou-estudante-apos-mata-la-e-fez-fotos-de-vitima-sangrando-conclui-inquerito.ghtml>. Acesso em: 16 set. 2024.

OLIVEIRA, Suely; PASINATO, Wânia. Metodologia para Implementação, Monitoramento e Avaliação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: SEPM. 2009. Disponível em www.sepm.gov.br. Acesso em: 09 set. 2023.

PACTO BRUTAL. Direção: Tatiana Issa; Guto Barra. Produção: Producing Partners. Rio de Janeiro: HBO Max, 2022. Documentário (301 min). Acesso em: 16 jul. 2025.

PELÚCIO, Larissa. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à AIDS. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 76-85, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/7DLHvcVH93dQpHGkMKbykhC/?lang=pt>. Acesso 17 em jul. 2025.

PEREIRA DA SILVA, K. C. (2018). Patriarcado, capitalismo, feminismo e a posição política da mulher na história. **PÓLEMOS – Revista De Estudantes De Filosofia Da Universidade De**

Brasília, 7(13), 233–240. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/polemos/article/view/16760>. Acesso em: 12 fev. 2024.

PORTELA, Cristiane de Assis. Gênero, etnicidade e suas interseccionalidades: narrativas Kura-Bakairi na Universidade de Brasília. In: STEVENS et al. Mulheres e violências: interseccionalidades. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. (p. 423-444).

PORTO, Madge. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre, In: STEVENS, Cristina et al. Mulheres e violência: interseccionalidades. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 384-399.

QUADROS, Taiana Flores de. Vida de mulheres negras, professoras universitárias da Universidade Federal de Santa Maria. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

RABELO, J. O., Costa, M. de O., & Feldens, D. G. (2022). BREVE PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL EM MEADOS DO SÉCULO XIX E INICIO DO SÉCULO XX. Interfaces Científicas - Educação, 11(3), 324–337. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2022v11n3p324-337>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SALES, Augusto dos Santos. “VIOLÊNCIAS CONTRA ESTUDANTES NO CAMPUS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL BRASILEIRA”. Gênero & Direito 8 (5). Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2179-7137.2019v8n5.48614>. Acesso em: 16 set. 2024.

SANTOS NETO, J. A. DOS. Mediação implícita da informação e os marcadores sociais da diferença: protagonismo e aspectos éticos na Organização e Representação da Informação e do Conhecimento. Folha de Rostto, v. 9, n. 2, p. 269-297, 22 jan. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderostto/article/view/971>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SILVA, Gabriella Dourado da. Violência contra mulheres no ambiente acadêmico: uma análise sobre estudantes de cursos de exatas do campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília. 2018. 100 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, Rosane. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho: obstáculos e alternativas para a equidade no Brasil. **Ciências do Trabalho** Nº 26. p. 1-8. 2024. Disponível em:< <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/448/356>. Acesso em: 11 set. 2024.

SOUZA, Janine Gudolle de; Roso, ; Adriane Rubio; Souza, ; Ana Flavia de. Violência contra mulheres na universidade: um estudo sobre as produções científicas latino-americanas. Disponível em:< <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/56280>. Acesso em 16 set. 2023.

Souza, Regis Glauciane Santos de. Gênero e mulheres nas universidades: um estudo de caso na UFBA. 2019. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas)- Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SCHMIDT, Jéssica. Violência contra as mulheres no trabalho: o assédio sexual em uma universidade federal. 2019. 85 f. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas. Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019

TJDFT. Caso Louise: Júri condena estudante da UNB a 23 anos de reclusão. Disponível em:<<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2017/abril/caso-louise>. Acesso em: 08 set. 2024

USP MULHERES. Cartilha Violência de Gênero na Universidade. Disponível em:<<http://uspmulheres.usp.br/cartilha-violencia-de-genero-na-universidade/>. Acesso em: 11 set. 2023.

VASCONCELOS, NM DE. et al.. Quem são as mulheres adultas expostas à violência no Brasil?. **Revista de Saúde Pública** , v. 59, p. e8, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/t9RWTVJRtPN6BSNcykmJMnN/?lang=en>. Acesso em: 18 jul. 2025.

WEISS, Raquel A. “Prefácio” + “Introdução” [orgs.] In: DAFLON, Verônica T; CAMPOS, Luna R. Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX. Niterói : Eduff, 2022.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina; SIQUEIRA, Rodrigo Espiuca dos Anjos. Colonialidade, mulher indígena e violência: reflexões contemporâneas. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, Florianópolis, Brasil, v. 3, n. 1, p. 1–19, 2017. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2525-9830/2017.v3i1.1809. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistamovimentosociais/article/view/1809>. Acesso em: 15 abr. 2025.

APÊNDICE A - LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO TIPOLOGIAS DE VIOLÊNCIA

CÓDIGO	ANO	TÍTULO	AUTORIA	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	PLATAFORMA	TIPOLOGIA VIOLÊNCIA	ESTRATÉGIAS PROPOSTAS/IMPLEMENTADAS
147-A.213	2017	Violência de gênero contra as mulheres em universidades: Análise da produção científica	MAITO, D. C. et al.	Artigo Científico	Revista Contexto & Educação	Psicológica Sexual Misoginia	Rodas de Conversa Eventos científicos
129.147-B+213	2017	Violência contra mulheres nas universidades: contribuições da produção científica para sua superação	BELLINI, Daniela Mara Gouvêa	Dissertação	Repositório Institucional UFSCAR	Física Psicológica Sexual Verbal	Diagnóstico e Sistematização de Dados

		(SciELO e Web of Science 2016 e 2017)					
140.1.21 6	2019	Construção de diretrizes para orientações institucionais em casos de violência de gênero na universidade	MAITO, D. C. et al.	Artigo Científico	SciELO	Gênero Sexual	Normatização
213	2017	Violências contra mulheres nos espaços universitários	ALMEIDA, Tânia Mara Campos de	Capítulo de Livro	Portal Geledés	Sexual Tropes Violentos Importunação Sexual Misoginia	Normatização
213.217-A	2017	O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência a Universidade Federal do Acre	PORTO, Madge	Capítulo de Livro	Portal Geledés	Sexual Coerção Estupro de Vulnerável	Acolhimento Capacitação dos profissionais psicólogos Responsabilização dos agressores

140.1	2017	Gênero, etnicidade e suas interseccionalidades: narrativas Kura-Bakairi na Universidade de Brasília	Cristiane de Assis Portela	Capítulo de Livro	Portal Geledés	Discriminação Racismo	Reconhecimento Valorização
140.2	2017	Mulheres no campo da pesquisa em Física e Ciências Exatas na contemporaneidade	Schwantes, Cíntia Carla Moreira; Andrade, Vanessa Carvalho de	Capítulo de Livro	Portal Geledés	Gênero Misoginia	Diagnóstico
147-B	2017	Gênero e assédio moral no trabalho: Cenário das universidades brasileiras	LEAL, D. F. Silva, et al	Capítulo de Livro	Portal Geledés	Assédio moral Desqualificação intelectual	Atendimento psicológico e Capacitação de gestores
216-A.140.1	2022	Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas	Tânia Mara Campos de Almeida, Valeska Zanello	Livro	Site OAB	Assédio Sexual Discriminação Racismo	Diagnóstico Política Institucional

341.526	2020	Assédio moral no trabalho: consequências identificadas por servidores docentes e técnico-administrativos em uma Universidade Federal Brasileira	Thiago Soares Nunes, Suzana da Rosa Tolfo	Artigo Científico	Periódico Gestão Universitária na América Latina - GUAL	Assédio moral	Acolhimento Política Institucional
341.526	2010	Assédio moral entre docentes de instituição pública de ensino superior do Brasil. Acta Paulista de Enfermagem	CARAN, V. C. S., et al	Artigo Científico	Periódico Acta Paulista de Enfermagem	Assédio Moral	Capacitação em Ética
215213	2019	Violências contra estudantes no campus de uma universidade federal brasileira	Sales Augusto dos Santos	Artigo Científico	Periódico Gênero & Direito	Assédio Sexual Estupro	Diagnóstico

140.2(140.1)	2020	Gênero e saúde mental: um olhar sobre as mulheres negras professoras universitárias	AZEVEDO, L. R.; CLEMENTE, F. da S.; CLEMENTE, M. da S.	Artigo Científico	Revista Feminismos	Racismo Gênero Simbólica	Permanência Acadêmica Representatividade
147-B	2022	O enfrentamento à violência contra as mulheres nas universidades: análise dos casos atendidos em um equipamento institucional da Universidade Federal da Paraíba	Tatiane Silva Ferreira	Monografia	Repositório Institucional Universidade Federal da Paraíba	Psicológica	Política de Segurança Igualdade de Gênero
140.2	2023	Patriarcado e violência na Universidade de Brasília: expressões da mesma face	Milena Calhau Azeredo	Monografia	Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília (BDM)	Gênero	Diagnóstico Conscientização Política Institucional

216-A.213	2015	Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar violações dos Direitos Humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados “trotes”, festas e no seu cotidiano.	ALESP	Relatório	Sítio eletrônico ALESP	Violação Direitos Humanos Sexual Trotes violentos Estupro	Apuração e Responsabilização
213(215-A)+129+147-B+217-A+218-C	2015	Violência contra a mulher no ambiente universitário	Instituto Avon	Pesquisa	Sítio Eletrônico Instituto Avon	Sexual Importunação Psicológica Estupro Coerção Física Desqualificação Intelectual	Diagnóstico

						Exposição virtual não autorizada	
140.2.213	2011	O trote universitário: a festa da intolerância e humilhação feminina	Lourdes Bandeira	Artigo Científico	Sítio Eletrônico Campo Grande News	Trote Violento Gênero Sexual Intimidação Misoginia	Capacitação em Cidadania; Articulação institucional Responsabilização
140.2	2021	Parâmetros teóricos e normativos para o enfrentamento à violência contra as mulheres na Universidade de São Paulo	Maito DC.	Dissertação	Repositório Institucional USP	Gênero	Normatização

140.	2017	Diretrizes gerais para as ações institucionais de intervenção diante de situações de violência ou discriminação de gênero ou orientação sexual	MAITO, D. C. et al.	Artigo Científico	Scielo	Gênero Sexual	Normatização
140.3	2011	Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista	Carmen Hein de Campos	Livro	Sítio Eletrônico STJ	Doméstica	Legislação Federal
216-A.140.2	2019	Violência contra as mulheres no trabalho: o assédio sexual em uma universidade federal	Jéssica Schmidt	Dissertação	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFSM	Sexual Contra a Mulher	Acolhimento multidisciplinar Prevenção

140.2	2023	Cartografias das políticas de enfrentamento e acolhimento das vítimas de violências de gênero nas universidades públicas brasileiras	Bruna Gabriele Lopes	Dissertação	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPR	Gênero Doméstica Contra a Mulher	Política Institucional
140.2	2016	Violência de gênero no espaço universitário	SOUZA, V. M. P. DE . et al	Artigo Científico	Scielo	Gênero	Escuta humanizada Acolhimento
140(140.2)	2023	Enfrentamento à violência contra as mulheres nas universidades federais brasileiras.	Lima, Raissa Ribeiro	Dissertação	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFAM	Racismo Capacitismo Transfobia Contra a Mulher	Otimizar Normatização

140.1	2016	Mapeamento de experiências existentes nas universidades federais no combate à violência de gênero e contra as mulheres: subsídios para a construção do Observatório de Gênero Mulheres e Violência na UFSCar	Capovilla, Silmara Helena	Dissertação	Repositório Institucional UFS CAR	Contra a Mulher Gênero	Observatório
140.1	2019	Mulheres negras na universidade: trajetórias de vida e dimensão ocupacional do racismo.	Costa, Aline Cristina da	Dissertação	Repositório Institucional UFS CAR	Racismo	Prevenção
147-B.140.2	2018	Mulheres com deficiência no ensino superior: tendências a partir de trajetórias no contexto da	Melo, Augusta Santos de	Tese	Repositório Digital da UFPE	Capacismo Gênero Discriminação	Diagnóstico Assistência estudantil Ação institucional

		universidade pública					
129.213	2020	Mulheres trans universitárias : a emergência de políticas públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no universo acadêmico	Pereira, Marlyson Júnio Alvarenga	Tese	Repositório Institucional Unesp	Institucional Física Sexual	Diagnóstico Normatização Acesso e Permanência estudantil
140.1	2015	Vida de mulheres negras, professoras universitárias da Universidade Federal de Santa Maria	Quadros, Taiana Flores de	Dissertação	Repositório Digital da UFSM	Epistemicídio Científico Gênero	Diagnóstico
140.2	2018	Lugar de mulher é onde ela quiser? Relações de gênero e trabalho dos docentes em uma	Rufino, Valéria Machado	Tese	Repositório Institucional da UFPB	Gênero Sub-representatividade	Diagnóstico

		universidade federal					
140	2017	Formação de pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico	Santos, Adriana Lohanna dos	Dissertação	Repositório Institucional da UFS	Transfobia Simbólica	Política afirmativa Normatização
140.2	2014	Gênero e mulheres nas universidades: um estudo de caso na UFBA	Souza, Regis Glaucian e Santos de	Dissertação	Repositório Institucional da UFBA	Gênero	Diagnóstico
129.	2024	Diferentes formas de violência no contexto universitário: experiências e representações da comunidade acadêmica	SOUZA, Janine Gudolle de	Dissertação	Repositório Didital da UFSM	Violência Física	Apuração e Responsabilização

129.	2024	A produção científica brasileira sobre a violência contra as mulheres nas universidades	Lima, Raissa Ribeiro Barroso, Milena Fernandes	Artigo Científico	Cuadernos de Educación y Desarrollo (CED)	Racismo Gênero	Estratégias Institucionais de enfrentamento
140.2	2014	Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação	Lourdes Bandeira	Artigo Científico	Scielo	Contra a mulher Gênero Institucional	Normatização
217-A.	2017	Violência sexual na Universidade Federal de Viçosa: 'Boa noite Cinderela Acadêmico'	Martins, Rogéria et al.	Artigo Científico	18º Congresso Brasileiro de Sociologia. Anais. Brasília: SBS.	Sexual Estupro de vulnerável	Diagnóstico
217-A.	2018	Violências contra os/as estudantes no campus Viçosa da UFV.	Sales, Augusto dos Santos	Artigo Científico	Peródico Gênero & Direito	Sexual Estupro	Diagnóstico

129.	2022	As violências na percepção de jovens universitários	FIALLA, M. DOS R. P. M. et al.	Artigo Científico	Scielo	Física Psicológica Verbal Humilhação Segregação Capacismo	Diagnóstico Capacitação Articulação Institucional Normatização
213	2019	Violência contra estudantes no campus de uma universidade federal brasileira	Sales, Augusto dos Santos	Artigo Científico	Peródico Gênero & Direito	Sexual Estupro	Diagnóstico
147-B	2018	A violência no ambiente universitário	Godinho, Carla et al.	Revista Brasileira em Promoção da Saúde	Revista Brasileira em Promoção da Saúde	Psicológica	Estratégias Institucionais
216-A	2018	Violência contra mulheres no ambiente acadêmico: uma análise sobre estudantes de cursos de exatas do campus Darcy Ribeiro da	Silva, Gabriella	Monografia	Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília (BDM)	Desqualificação Intelectual Assédio Sexual	Diagnóstico

		Universidade de Brasília					
--	--	-----------------------------	--	--	--	--	--

APÊNDICE B - LEVANTAMENTO AÇÕES INFORMACIONAIS IFES

INSTITUIÇÃO	AÇÃO	PÚBLICO -ALVO	DESCRIÇÃO	DIMENSÃO	DOCUMENTO RELACIONADO	TIPOLOGIA VIOLÊNCIA	SETOR
UFAL	• Espaços de Discussão e Escuta • Ações Preventivas • Acolhimento • Criação de fluxos informacionais	• Docentes • Técnicos, • Estudantes • Contratados* • Estagiários • Bolsistas • Voluntários	• Eventos para fomentar a discussão sobre o tema • Fóruns • Seminários • Rodas de Conversa • Oficinas • Ações Preventivas	• Diagnóstico • Prevenção - Monitorament o e Avaliação • Acolhimento	Resolução 90/2019 Consuni/UFAL	• Assédio moral • Assédio sexual • Discriminação • Preconceito	Comissão Geral de Prevenção e Enfrentamento do Assédio moral, sexual, formas de discriminação e preconceito
UFC	Manifesto	Docentes e Discentes	Rede de Pesquisa Interdisciplinar EvA	• Diagnóstico	Manifesto de criação da Rede de Pesquisa Interdisciplinar EvA	• Violência familiar • Violência intrafamiliar • Violência doméstica	Colégio de Estudos Avançados (CEA/EID EIA)
UFES	• Campanhas educativas • Capacitação profissional • Estudos	• Agentes públicos • Lideranças	• Campanhas institucionais de conscientização • Capacitação de agentes públicos e lideranças	• Diagnóstico • Prevenção • Apuração e Responsabilização	RESOLUÇÃO CUN/UFES/Nº 103, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2024	• Assédio Moral • Violência Sexual	Comissão de Estudos e Recebimento de Solicitações para Mediação de Conflitos e

							Melhoria das Relações de Trabalho e Prevenção do Assédio Moral e Sexual
UFGO	• Campanhas educativas • Ações preventivas	• Chefe e subordinado • Professor/a • Estudante; • Colegas de igual nível hierárquico; • Um ou mais subordinados/as em relação à chefia; • Outros	• Ações de conscientização e prevenção	• Prevenção	RESOLUÇÃO CONSUNI N° 12/2017	• Assédio moral • Assédio sexual • Preconceito	Comissão Permanente de Acompanhamento de Denúncias e Processos Administrativos
UFF	Cartilha sobre Assédio Moral e Sexual no Trabalho	• Comunidade acadêmica	• Conscientização • Prevenção • Informação utilitária	• Acolhimento • Prevenção • Apuração e Responsabilização	Cartilha sobre Assédio Moral e Sexual no Trabalho	• Cartilha de prevenção ao assédio moral: por um ambiente de trabalho mais positivo. • Cartilha de enfrentamento aos assédios moral e sexual: por um ambiente institucional saudável.	Escola de Governança em Gestão Pública

						• Assédio moral e sexual no trabalho: prevenção e enfrentamento na UFC.	
UFJF	Semana da mulher UFJF - A Universidade é pública. Meu corpo não.	Comunidade acadêmica	• Vídeo na plataforma Youtube apresentado falas de mulheres sobre o assédio sexual • Informação utilitária	• Prevenção		• Assédio sexual	UFJF
UFMG	• Programas e ações de caráter pedagógico e permanente • Campanha institucional	Comunidade acadêmica	• Ações de conscientizaçã o • Promoção dos direitos humanos • Prevenção Assédio moral e sexual • Informação utilitária • Vídeo na plataforma Youtube apresentado	• Prevenção	RESOLUÇÃO No 09/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016	violação de direitos humanos e a erradicação de atos discriminatóri os	UFMG

			falas de mulheres sobre o assédio moral e sexual				
UFPA	• Atividades curriculares • Debates • Materiais informativos e • Campanhas permanentes • Formações	Comunidade acadêmica	ações de prevenção, de caráter pedagógico e permanente, que visem à efetiva garantia dos direitos humanos e o enfrentamento de todas as formas de discriminação, assédios e outras formas violência no âmbito institucional. Devem ser desenvolvidas, de forma progressiva	• Diagnóstico • Prevenção	RESOLUÇÃO N. 815, DE 03 DE MARÇO DE 2020	• Discriminação • Assédios • Outras	UFPA
UFPB	• Projetos de extensão • Atendimento e orientação	• Terceirizadas • Estudantes	Acolhimento e orientação às mulheres em situação de	• Acolhimento	Resolução nº 26/2018)	Violência contra a mulher	Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentam

			violência na universidade.				ento à Violência contra as Mulheres na UFPB (CoMu)
UFPE	Manual de Normas de Conduta	Colaboradores da Fade-UFPE	Normas de conduta que devem orientar as relações internas e externas de todos os colaboradores da Fade-UFPE relacionadas especialmente à prevenção e ao combate aos assédios moral e sexual e violências no trabalho.	• Prevenção	Manual de Conduta da FadeUFPE	• Assédio moral • Assédio sexual • Violências	Fade-UFPE
UFRGS	• Campanhas contínuas • Capacitação • Dar publicidade a dados de pesquisas	• Servidores • Estudantes • Terceirizados	Ações de conscientização, prevenção e publicização de dados e pesquisas	• Diagnóstico • Prevenção	RESOLUÇÃO Nº 275, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022	• Assédio moral • Assédio sexual, • Violência étnico-racial • Violência de gênero e sexualidade	Administração Central da UFRGS

UFSM	• Modelos, guias e fluxos das denúncias de violência de gênero • Campanhas • Planos estratégicos de combate à violência de gênero • Programas institucionais de formação, comunicação e educação pela igualdade de gênero • Rodas de conversa • Debates temáticos	Comunidade acadêmica	Ações que reduzam as desigualdades de gênero, a partir da desconstrução de estereótipos de gênero, alterando padrões sexistas.	• Diagnóstico • Prevenção • Apuração e Responsabilização	Resolução UFSM N. 064/2021	• Assédio moral • Assédio sexual • Desigualdade de Gênero	• Comitê de Igualdade de Gênero • Espaço Multiprofissional “Casa Frida Kahlo”
UFRRJ	• Agenda pedagógica permanente • Divulgação da política de acolhimento • Campanhas de sensibilização • Treinamento profissionais de ouvidoria	Comunidade acadêmica	Ações nos eixos em eixos visando ações de capacitação profissional, discussão e criação de protocolos de atendimento às vítimas de violência no âmbito da UFRRJ	• Diagnóstico • Prevenção • Acolhimento	Deliberação N058 de 30 de Setembro de 2019	• Assédio moral • Assédio sexual	Comissão Permanente de Enfrentamento à Violência

	• Dia de mobilização universitária						
UFRR	INDISPONÍVEL						
UFT	• Medidas educativas, preventivas e reparatorias	Comunidade acadêmica	• Medidas educativas, preventivas e reparatorias para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância do enfrentamento ao racismo e assédio na Universidade.	• Diagnóstico • Prevenção	RESOLUÇÃO Nº 107, DE 13 DE MARÇO DE 2024 – CONSUNI/UFT	• Racismo • Assédio	Câmara de Mediação, Conciliação de conflitos, Enfrentamento ao Racismo e Assédio da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

UFCG	• Campanhas • Eventos • Formação continuada • Divulgação de política institucional • Monitoramento institucional • Divulgação de informação utilitária • Diagnóstico institucional • Relatório anual	Comunidade acadêmica	Ações que contemplam as dimensões de diagnóstico e prevenção e apuração das violências moral e sexual	• Diagnóstico • Prevenção • Apuração e responsabilização	RESOLUÇÃO Nº 03/2022	• Assédio Moral • Assédio Sexual • Discriminação	Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e a Todas as Formas de Discriminação;
UFVJM	• Campanhas educativas • Capacitação de agentes públicos • Capacitação da sociedade	• Docentes • Técnico-administrativos • Discentes • Trabalhadores terceirizados • Bolsistas • Estagiários • Comunidade em geral	implementar e disseminar campanhas educativas sobre as condutas e os comportamentos que caracterizam o assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e qualquer forma de violência sexual	• Prevenção • Apuração e responsabilização	RESOLUÇÃO Nº 07/2024 CONSU, DE 01 DE ABRIL DE 2024	• Assédio Sexual • Crimes contra a Dignidade Sexual • Violência Sexual no	Comissão Permanente de Combate à Violência, Crimes contra a Dignidade e Assédio Sexual (ComVidas)

UTF-PR	Em elaboração						
UFSB	• Ações preventivas e socioeducativas • Materiais informativos • Criação de núcleos de enfrentamento e prevenção	• Servidoras/es docentes • Técnico administrativo s/os • Estudantes • Demais trabalhadoras/es	Ações de conscientização sobre as condutas e os comportamentos que caracterizam o assédio moral, sexual e todas as formas de preconceito e/ou discriminação, com vistas à promoção de relações interpessoais respeitadas	• Prevenção • Apuração e Responsabilização	RESOLUÇÃO Nº 12/2024	• Assédio moral • Assédio • Crimes contra a dignidade sexual • Discriminação • Outras	PROGEPE, PROAF e DIT, Decanatos e Coordenações de Curso
UFLA	• Calendário anual • Promoção de campanhas - capacitação aos(as) servidores(as) • Programas e projetos • Divulgação de política institucional • Protocolos de atendimento e orientação	• Servidores • Estudantes • Terceirizados	• Ações de prevenção e capacitação • Publicização da política • Capacitação de servidores	• Prevenção • Acolhimento	RESOLUÇÃO NORMATIVA CUNI Nº 120, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2024.	• Assédio	Cabe à Comissão Permanente de Promoção e Acompanhamento da Política contra Assédio

UFERSA	Em elaboração						
UNIPAMPA	• Ações de conscientização e prevenção • Monitoramento da responsabilização	• Comunidade interna/externa	criar condições para o planejamento, execução e avaliação de medidas de conscientização, prevenção e responsabilização para o enfrentamento de todos os tipos de violência	• Prevenção • Apuração e responsabilização	RESOLUÇÃO Nº 254, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019	• Física • Psicológica • Assédio moral • Assédio sexual • Discriminação	Comissão Permanente de Promoção da Cultura de Paz e às Comissões Locais
UNILA	• programas, serviços e ações de ensino, pesquisa e extensão • Campanhas informativas • Intervenções anuais	Comunidade acadêmica	Ações preventivas e interventivas para a promoção da equidade de gênero	• Prevenção • Diagnóstico	RESOLUÇÃO Nº 18, DE 19 DE JUNHO DE 2017	• Desigualdade de Gênero	Consejería de Derechos Sexuales y Reproductivos

UNIR	• Campanhas informativas de sensibilização • Eventos • Capacitação • Avaliação periódica do tema • Material informativo • Cartilha	Comunidade acadêmica	Realização de medidas preventivas de sensibilização da comunidade universitária sobre relações saudáveis de trabalho e interpessoais, contendo o tema assédio moral e sexual,	• Prevenção • Diagnóstico • Acolhimento	RESOLUÇÃO Nº 684, DE 07 DE MAIO DE 2024	• Assédio moral • Assédio sexual • Institucional • Discriminação	Comitê Permanente de Prevenção e Combate aos Assédios Moral, Sexual, Institucional
UNIRIO	• Capacitação profissional • Normas de conduta	• Docentes • Discentes • Técnicos administrativos	Ações de capacitação contra o assédio moral e sexual, normas de conduta no âmbito da UNIRIO	• Prevenção	PLANO DE CONDUTA E DE INTEGRIDADE - UNIRIO	• Assédio moral • Assédio sexual	UNIRIO
UFAM	Em elaboração						
UNIFEI	• Palestras • Oficinas • Cursos • Rodas de conversa • Divulgação de canais de denúncia	• Docentes • Discentes • Técnicos administrativos • Terceirizados	As ações, que podem ser utilizadas no combate e prevenção do assédio e da discriminação:	• Prevenção • Apuração e responsabilização	Decisão CONSUNI no 12/2024	• Assédio moral • Assédio sexual • Discriminação	UNIFEI

	•Treinamento e capacitação						
FUB	• Campanhas • Eventos • Capacitação • Monitoramento institucional • Medidas preventivas de sensibilização	• Docentes • Discentes • Técnicos administrativos • Colaboradores	Ações para discussão, prevenção e monitoramento das ações institucionais orientadas à temática do assédio moral, sexual e à discriminação e outras formas de violência	• Prevenção • Monitoramento e Avaliação	RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 0015/2023	• Assédio moral • Assédio sexual • Outras	Secretaria de Direitos Humanos (SDH/GR E)
FURG	• Formação continuada • Capacitação profissional • Seminários • Oficinas • Atividades curriculares UFU (Uberlândia)	• Docentes • Discentes • Técnicos administrativos • Colaboradores	Ações voltadas à prevenção da prática de assédio, discriminação ou outras formas de violência,	• Prevenção	RESOLUÇÃO CONSUN/FURG Nº 15, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023	• Assédio moral • Assédio sexual • Discriminação • Outras	FURG

UFU (Uberlândia)	• Medidas preventivas contínuas • Capacitação profissional • Rede de apoio • Espaços de diálogo e reflexão • Fluxo denúncias	• Docentes • Discentes • Técnicos administrativos • Colaboradores	Ações estruturadas nos seguintes programas: I - Acolhimento e Acompanhamento; II - Enfrentamento, Capacitação e Divulgação; III - Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura; e IV - Infraestrutura.	• Diagnóstico • Prevenção • Apuração e responsabilização • Acolhimento	RESOLUÇÃO CONSUN Nº 2, DE 03 DE MAIO DE 2021	Violência contra a mulher	UFU (Uberlândia)
UFAC	• Cartilha	• Docentes • Discentes • Técnicos administrativos • Colaboradores	• Cartilha informativa • Informação utilitária	• Prevenção	CARTILHA DE ENFRENTAMENTO AOS ASSÉDIOS MORAL E SEXUAL	• Assédio moral • Assédio sexual	Comissão de Prevenção dos Assédios Moral e Sexual
UFTM	• Cartilha • Curso • Ações educativas • Campanha institucional • Curso • Grupo de Trabalho Capacitação profissional	• Docentes • Discentes • Técnicos administrativos • Colaboradores	Medidas preventivas e capacitação profissional	• Prevenção	“PLANO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO SEXUAL E DEMAIS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL E À VIOLÊNCIA SEXUAL NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE	• Assédio sexual	PRAE, PROGEP, SECOMM

					MATOGROSSO-UFMT”		
UFOP	• Vídeo • Cartilha	• Docentes • Discentes • Técnicos administrativos • Colaboradores	Ações preventivas	• Prevenção	Pílulas de Conscientização: Corregedoria explica!	• Assédio moral	Corregedoria
UFPI	• Formação continuada • Canais de denúncia • Rede de apoio e acolhimento	• Docentes • Discentes • Técnicos administrativos • Colaboradores	Ações de capacitação, criação de rede de apoio e acolhimento e canais de denúncia	• Prevenção • Apuração e responsabilização • Acolhimento	CONSUN/UFPI nº 237	• Étnico-Racial • Moral • Sexual	UFPI
UFSCAR	• Formação continuada • Coleta de informações • Capacitação profissional • Serviço de acolhimento	• Docentes • Discentes • Técnicos administrativos • Colaboradores	Ações de capacitação, criação de rede de apoio e acolhimento	• Prevenção • Acolhimento	RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 118/2023	• Violência	UFSCAR

UFS	Protocolo	• Docente • Discentes • Técnicos administrativos • Colaboradores	• Ação preventiva • Informação utilitária	• Prevenção • Apuração e Responsabilização	PROTOCOLO PARA RECEBIMENTO DE DENÚNCIAS DE ASSÉDIO NA OUVIDORIA DA UFS	Assédio	UFS
UFV	• Ações de prevenção e combate • Orientação • Ações pedagógicas • Curso de formação • Curso de capacitação • Eventos • Debate	Comunidade acadêmica	Ações de prevenção	• Prevenção • Diagnóstico	RESOLUÇÃO CONSU Nº 6, DE 8 DE ABRIL DE 2024	• Assédio sexual • Discriminação	Comissão Permanente para a Promoção dos Direitos Humanos e Combate às Opressões (CPDHO)
UFMS	• Medidas preventivas • Orientação • Escuta qualificada • Capacitação profissional	Comunidade acadêmica	Ações preventivas e promoção da capacitação profissional e escuta qualificada das vítimas	• Prevenção	RESOLUÇÃO Nº 127, DE 31 DE AGOSTO DE 2021	• Assédio moral • Assédio sexual	UFMS

UFCSPA	• Campanha institucional	Comunidade acadêmica	• Campanha institucional preventiva • Informação utilitária	• Prevenção • Acolhimento • Apuração e Responsabilização	Unidiversidade: UFCSPA contra o assédio e todas as formas de discriminação	• Assédio moral • Assédio sexual • Violação de direitos humanos	UFCSPA
UFSM	• Orientação • Acolhimento • Medidas preventivas • Cursos de capacitação • Processo educacional de prevenção • Registro das denúncias em bancos de dados	Comunidade acadêmica	Ações de orientação, acolhimento, medidas preventivas, capacitação, registro de denúncias	• Prevenção • Acolhimento • Monitoramento e Avaliação	RESOLUÇÃO Nº 127, DE 31 DE AGOSTO DE 2021	• Assédio moral • Assédio sexual	UFSM
FUNREI / UFSJ	Programa Liláz	Comunidade acadêmica	Programa de acolhimento a vítimas de todos os tipos de assédio	• Acolhimento	Guia Liláz	Assédio	FUNREI / UFSJ

UFAP / UNIFAP	Cartilha Política Protetiva para Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	Comunidade acadêmica	Ação preventiva Informação utilitária	• Prevenção • Apuração e Responsabilização		• Assédio moral • Assédio sexual • Intolerância religiosa • Bullying • Discriminação • LGBTfobia • Xenofobia	Clínica de Direitos Humanos
UFGD	• Diretrizes • Campanhas permanentes de prevenção • Protocolo de acolhimento • Monitoramento da política • Medidas preventivas • Registro das denúncias	Comunidade acadêmica	Ações voltadas à prevenção, capacitação, normatização	• Prevenção • Apuração e Responsabilização • Acolhimento	RESOLUÇÃO NÚMERO 729 de 28/03/2024	• Assédio moral • Assédio sexual • Outras	Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e Outros Tipos de Violência no âmbito da Universidade Federal da Grande Dourados - CPEA

UFRB (Cruz das Almas-BA)	• Ações educativas multissetoriais • Eventos • Espaços de discussão • Grupos de estudos • Grupos de leitura • Divulgação de informações • Relatórios periódicos • Escuta ativa e empática	Comunidade acadêmica	Ações preventivas, espaços de discussão da temática, grupos de leitura e de estudos	• Prevenção • Diagnóstico	RESOLUÇÃO CONSUNI/UFRB Nº 27, DE 07 DE JUNHO DE 2024	• Assédio moral • Assédio sexual • Discriminação	Comitê de Enfrentamento
UFABC	• Coleta, sistematização e publicização dados e estatísticas • Campanhas preventivas e educativas • Orientação • Capacitação de servidores	Comunidade acadêmica	Ações preventivas e educacionais, orientação aos denunciante e capacitação de servidores	• Prevenção • Diagnóstico • Acolhimento	RESOLUÇÃO Nº 226 / 2022 - CONSUNI (11.00.06)	• Assédio moral • Assédio sexual • Assédio Institucional	Comissão UFABC sem assédio
UFFS	Em elaboração						

UFOPA	Em elaboração						
UNILAB	Canal de Acolhimento (Whatsapp)	Mulheres e LGBTQIA+ da comunidade acadêmica	Acolhimento	•Acolhimento		• Violência	Centro de Estudos Interdisciplinares de Gênero Dandara dos Palmares, o Grupo de Trabalho (GT) de Classe e Raça e o Comitê Institucional de Enfrentamento ao Covid-19 (CIEC)
UFOB (Univ. Fed. Do Oeste da Bahia)	Não se aplica				RESOLUÇÃO CNR/CONSUNI/ UFOB Nº 006, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021.	• Assédio moral • Assédio sexual • Preconceito	

UNIFESSPA (Univ. Fed. Do Sul e Sud. Pará)	• Cartilha Assédio moral e sexual: prevenção e enfrentamento • Oficinas • Palestras • Cursos • Capacitação de servidores	Comunidade acadêmica	Cartilha com informação utilitária	• Prevenção	• Assédio moral e sexual no trabalho. Senado Federal • Assédio sexual: o que é, quais são os seus direitos e como prevenir? Tribunal Superior do Trabalho/TST	• Assédio moral • Assédio sexual	UNIFESSPA (Univ. Fed. Do Sul e Sud. Pará)
UFCA (Univ. Fed. Do Cariri)	Não se aplica						
UFSB	• Ações preventivas e socioeducativas • Materiais informativos • Cursos de capacitação	Comunidade acadêmica	Ações voltadas à prevenção e capacitação profissional e da comunidade acadêmica quanto ao assédio	• Prevenção	RESOLUÇÃO Nº 12/2024	• Assédio moral • Assédio sexual • Crimes contra a dignidade sexual • Discriminação • Outras	PROGEPE, PROAF e DIT, Decanatos e Coordenações de Curso
UFCat (Catalão)	Campanha 2022 - UFCAT sem violência #todxscontraoassedio	Comunidade acadêmica	Campanha institucional de prevenção e conscientização em formato de vídeo	• Prevenção		• Assédio moral • Assédio sexual	Comissão para a prevenção e combate ao assédio moral, sexual e todas as

						• Discriminação • Preconceito	formas de violência
UFJ	• Campanhas educativas e educativas • Ações preventivas	Comunidade acadêmica	Ações de caráter educativo e preventivo	• Prevenção	RESOLUÇÃO CONSUNI N° 025/2021	• Assédio moral • Assédio sexual • Discriminação • Preconceito	Comissão permanente e de acompanhamento de denúncias e processos administrativos
UFR (Rondonópolis)	• Divulgação constante da política • Processos sistemáticos e contínuos na prevenção e combate • Formação permanente • Comunicação de casos à Reitoria • Monitoramento e periodicamente dos casos	Comunidade acadêmica	Ações preventivas, de formação, processos contínuos de prevenção e combate	• Prevenção • Apuração e Responsabilização • Monitoramento e avaliação	RESOLUÇÃO CONSUNI/UFR N° 71, DE 08 DE março DE 2023	• Assédio • Racismo • Discriminação • Violência	Ouvidoria

UFDP (Delta do Parnaíba)	• Programa de Educação em Direitos Humanos • Programa de educação para servidores • Ações institucionais permanentes • Cronograma semestral de palestras • Diagnóstico institucional • Dia de conscientização universitária • Orientação do fluxo de denúncia • Criação de protocolos de acolhimento • Detecção de casos de violência	Comunidade acadêmica	Ações educativas e de formação permanente, promoção de capacitação em Direitos Humanos, palestras semestrais e criação de protocolos de acolhimento	• Prevenção • Diagnóstico • Apuração e Responsabilização • Monitoramento e avaliação	Resolução Consuni nº 67 de 08 de março de 2024	• Assédio moral • Assédio sexual • Crimes contra a dignidade sexual • Violência sexual	Comissão Permanente de Enfrentamento à Violência – Janaina da Silva Bezerra
-----------------------------	---	----------------------	---	---	--	---	---

UFAPE	• Minuta Política Institucional • Medidas preventivas • Medidas de acolhimento • Medidas de apuração • Capacitação interdisciplinar • Monitoramento das atividades institucionais,	Comunidade acadêmica	Ações de prevenção, acolhimento e apuração de denúncias	Prevenção • Diagnóstico • Apuração e Responsabilização • Monitoramento e avaliação • Acolhimento	RESOLUÇÃO CO NSUN°002, DE 20 de fevereiro de 2025.	• Assédio moral • Assédio sexual • Discriminação	UFAPE
-------	---	----------------------	---	---	--	--	-------

